

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP**

Marcos Paulo de Oliveira

**Uma Proposta de Índice de Precarização para o
Mercado de Trabalho da Região Metropolitana
de São Paulo**

MESTRADO EM ECONOMIA POLÍTICA

**São Paulo
2011**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Marcos Paulo de Oliveira

**Uma Proposta de Índice de Precarização para o
Mercado de Trabalho da Região Metropolitana
de São Paulo**

MESTRADO EM ECONOMIA POLÍTICA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Economia Política, sob a orientação da Prof.a. Doutora Rosa Maria Marques.

São Paulo
2011

Banca Examinadora

Se quisermos orientar a economia, canalizando racionalmente os nossos esforços produtivos para resultados que nos interessem, devemos construir os instrumentos de avaliação desses resultados. A revolução metodológica começou com o índice de desenvolvimento humano (IDH), que utiliza sim o PIB como referência, mas o complementa com a estimativa da esperança de vida e do nível educacional. A mudança é essencial, pois, além de ampliarmos o âmbito da avaliação, mudamos o enfoque: em vez de somarmos o valor de atividades econômicas para saber se a sociedade vai bem, passamos a calcular se a sociedade está melhorando sua qualidade de vida, em função desse avanço ou retrocesso avaliamos se a economia está respondendo ao que queremos. O bem estar social passa a ser o objetivo, e a economia volta modestamente a ser meio. (DOWBOR, 2006, 10-11)

À minha mãe Laurení Gertrudes de Oliveira, operária sindicalizada na década de 1980, e à minha filha Isadora Rodrigues de Oliveira, ambas representam o meu amor incondicional e meu timão na jornada da vida.

AGRADECIMENTOS

Antes de agradecer a todas as pessoas com quem convivi nesses últimos anos dentro das salas de aulas e fora delas, é importante dizer que o meu objetivo ao entrar no mestrado em economia sempre foi estudar o mercado de trabalho. Em alguns momentos perdi esse foco, talvez por me isolar entre aqueles que ainda arrombam portas já abertas.

Creio que esse interesse partiu da minha juventude na região de minha morada até o início dos anos 1990, zona sul da cidade de São Paulo, e do convívio com meus amigos e colegas, e nossos familiares.

Meu olhar sempre foi atento para a questão das condições de vida da minha região. Lembro-me sempre de pensar se todas as pessoas no mundo viviam naquelas condições precárias, desde as suas casas semi-acabadas ao sistema de transporte lotado, desde a falta de lazer a violência do dia-a-dia.

Entre tantas mazelas, todas essas pessoas eram trabalhadores e batalhadores diante da adversidade social, cujo espírito de luta e vitória por uma vida melhor sempre foram seus objetivos, sendo esse sentimento o que mais de valioso carrego dentro de mim.

Portanto, sou grato a todos os meus familiares, principalmente à minha mãe Laureni e meu tio Ismael Ribeiro, ao meu avô, já falecido, José Domingos, cuja leitura do livro “Formação Econômica do Brasil” de Celso Furtado sempre me levaram a refletir sobre a trajetória desse último cidadão que foi um imigrante mineiro e ajudou a construir uma das maiores cidades brasileira (São Paulo).

O olhar para o mercado de trabalho, também, sempre foi uma preocupação com o futuro dos meus irmãos mais novos, são eles: Kleber, Renato, Ricardo e Rafael. Creio que esse pensar faz parte dos meus valores familiares e que seguirá adiante, porém, ao estar no mundo acadêmico, essa preocupação passa a ser com todos do meu país (Brasil).

Quero agradecer a Licia Carolina, minha companheira em todos os momentos da vida. Sou grato a sua maturidade, amizade e compreensão,

principalmente em todos os momentos difíceis e na distância, que aos poucos, vamos entendendo e superando, pois agora temos uma das maiores riquezas humanas, nossa filha Isadora. Aproveito aqui para agradecer a Dona Alaíde e por seus conselhos e ajuda, como também, agradecer pelo amor e carinho, e reconhecer a excelente avó que é para minha filha.

O amor, carinho e atenção dos meus padrinhos Mario e Ana, além do convívio com meus primos, sempre foram fundamentais para seguir em frente. Tenho nas minhas primas Paula Ribeiro e Raquel Oliveira e na garra e na ternura de ambas, a melhor imagem dos meus familiares, e também, na minha prima Meire o exemplo de superar um dos maiores desafios desse mundo e ser testemunha ocular de um dos milagres da vida. Aos meus avós, meus pais, tios e primos o meu muito obrigado por existirem.

Na jornada da vida, creio que nada seríamos sem os amigos, sendo assim, sou grato aos meus companheiros dessa grande caminhada como Bettina Gerken Brasil, Cleber Santiago, Ivy Judensnaider, Flavio Leal, Juliana Zannini, Luis Mansur, Marcio Santos, Marisa Campos, Maurício Manzalli, Rodrigo Coelho, Ronnie Aldrin, Rosária Aragoni, Sergio Donda, Tassia Ribeiro, Thiago Cardoso e Veruska Lopes.

Quero agradecer aos meus colegas e amigos do mestrado Cássia Galvão, Camila Kimie Ugino, Daniel Ferrara, Estela Barbosa, Paulo Januzzi, Paulo Van Noije, Márcia dos Santos, Sônia Santos Petrohilos e Vera Lúcia. Aproveito aqui para agradecer aos professores Marcel Guedes Leite e Antonio Correa de Lacerda por fazerem parte da minha banca de qualificação, como também, aos professores que me influenciaram muito dentro do mestrado em economia política: Ladislau Dowbor e Rosa Maria Marques, sendo essa última minha orientadora, e ambas pessoas que me ensinaram a arte de pesquisar e aprender nessa minha etapa acadêmica.

Por fim, quero agradecer a Alexandre Lalau Guerra, Alexandre de Freitas Barbosa, Dulce Helena Cazzuni e Marcio Pochmann pela oportunidade de trabalhar e descobrir com todos eles os sentidos do trabalho e das suas possibilidades em levar a sociedade a superar as suas adversidades sociais.

MARCOS PAULO DE OLIVEIRA

**UMA PROPOSTA DE ÍNDICE DE PRECARIZAÇÃO PARA O MERCADO DE
TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO**

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar uma proposta de índice de precarização para o mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo. Com esse intuito, busca-se compreender as mudanças no mundo do trabalho e os movimentos de precarização das suas condições, ou seja, é nossa opinião que no período dos anos dourados do capitalismo, entre 1945 e 1973, havia uma melhor forma de inserção ocupacional advindas das baixas taxas de desemprego, elevação do assalariamento com ganhos reais crescentes, pelo aumento da sindicalização e pela proteção social generalizada. Nesse contexto, o trabalhador assumiu cada vez mais o papel de consumidor e o trabalho garantia esse “direito”, significando também identidade social, inserção e pertencimento a alguma comunidade. Identificamos, nesse período, a criação de instituições de regulação do mercado de trabalho, afinal, esse mercado garante a renda para o consumo e, por consequência, o retorno do capital para uma nova rodada de produção e investimento. Em meados dos anos 1970 e nos anos 1980, há o processo de reestruturação produtiva seguido dos movimentos de financeirização nas principais economias desenvolvidas. No Brasil, há uma forte tendência de flexibilização e precarização do trabalho nos anos 1990, principalmente no início do período de implantação do Plano Real no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), período que apresentou baixo crescimento econômico, elevado desemprego e queda no rendimento do trabalho. A pergunta que nos fazíamos era se no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2009), um cidadão que foi metalúrgico e teve longa experiência nos movimentos sindicais, também haveria uma forte tendência da precarização como foi nos anos 90 e no governo anterior. Assim, discute-se a construção de um índice de tendência da precarização do mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo no período de 1995 a 2009, com base em três autores que utilizaram o método de cálculo do IDH para a construção de seus índices de avaliação do mercado de trabalho brasileiro. A partir dos resultados obtidos, podemos afirmar que a utilização do índice-síntese – Índice de Tendência da Precarização ou ITP - como ferramenta estatística com capacidade de indicar a direção de um conjunto de variáveis que evoluem de modo distinto e apresentam oscilações opostas mostrou ser um instrumento valioso para a análise da evolução das formas e condições de inserção presentes no mercado de trabalho metropolitano de São Paulo. Os resultados do ITP demonstram o aumento da precarização do mercado de trabalho da RMSP entre 1995-2003 e a tendência de queda da precarização nesse mesmo mercado de trabalho entre 2004-2009.

Palavras-chave: anos dourados, mercado de trabalho, flexibilização, precarização, índice de precarização do mercado de trabalho.

MARCOS PAULO DE OLIVEIRA

**A PROPOSAL OF A PRECARIOUSNESS INDEX FOR THE LABOR MARKET
AT THE METROPOLITAN AREA OF THE CITY OF SÃO PAULO**

ABSTRACT

This study aim to present a proposal of a tendency index of precariousness for the labor market at the metropolitan area of the city of São Paulo, Brazil. With this Index we intend to understand the changes of the labor scenario and the shifts to the precariousness of its conditions. Between the years of 1945 and 1973, the golden years of the capitalism, there was a better way of occupational insertion due to the low index of unemployment. In this time, we also notice the increasing of the remuneration with real increasing gains, the increasing of the unionisation and the generalised social protection. In this scenario, the workers change their role to a consumption role. This was a right guaranteed by the workplace. This right means social identity, the feeling of belong a specific community. In this time, it was identify the foundation of labor market regulation institutes: the labor market guarantees the income; it allows the workman to spend the money at the market, and then the money returns to a new cycle of production and investment. In the mid-1970 and in the 1980s there was the productive restructuring process follow by the financialization of the main developed economies. In Brazil, in the 90s, there is a strong tendency of flexibility and precariousness of the labor, mainly at the beginning of the deployment and implementation of the Plano Real, at the government of Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 and 1999-2002). In this period there was a low economic growth, increasing the unemployment situation and decreasing of the labor income. The question of this research was guided by the characteristics of the government of the president Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006 and 2007-2009). The president was a workman at the metallurgy industry and has great experience at the labor union movements. There for, would be sustained the tendency of precariousness of the labor? To answer this question, this research argues the construction of Tendency Index of Precariousness (TIP) of the labor market of the metropolitan area of Sao Paulo, during the 1995 to 2009, using the Human Development Index method to build the TIP. The results show that the use of the TIP is significant. The TIP is a statistic tool which shows direction of the variables that evolve in different and reverse ways. It is a value instrument for the analyses of the evolution of the condition of insertion at the labor market of the metropolitan area of Sao Paulo. The results of the TIP show the increase of the precariousness of the labor market between the years of 1995-2003 and a tendency of decrease of precariousness between the years 2004-2009.

Key-words: Golden years, Labor market, flexibilization, precariousness, index of precarious labor market.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 - AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO: A CRISE DO REGIME FORDISTA DE ACUMULAÇÃO, MOVIMENTOS DE FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E TENDÊNCIAS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.....	17
1.1 Crise e transformações do capitalismo nos anos 1970/1980.....	17
1.2 Trabalho, financeirização e precarização.....	26
CAPÍTULO 2 - ÍNDICES DE PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: CONSTRUÇÕES E RESULTADOS.....	35
2.1 João Saboia e seu novo índice para o mercado de trabalho urbano no Brasil.....	38
2.2 José Freire e seu índice mensal de precariedade do mercado de trabalho metropolitano.....	44
2.3 Miriam De Toni e seu índice de precarização do trabalho para a Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA.....	52
CAPÍTULO 3 - UMA PROPOSTA DE ÍNDICE DE PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - RMSP: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 1995 A 2009.....	62
3.1 O mercado de trabalho na RMSP: uma análise a partir dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.....	62
3.2 Índice de precarização do mercado de trabalho na RMSP: metodologia e construção.....	75
3.3 Índice de precarização do mercado de trabalho na RMSP: resultados e tendências.....	82
3.3.1 A metodologia do índice de tendência da precarização para a RMSP....	82
3.3.2 Análise dos resultados.....	83
3.3.3 Considerações finais.....	86
CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicador-Síntese do Mercado de Trabalho nas seis Regiões Metropolitanas.....	42
Tabela 2 - Estimativas da População Total, População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa e Inativos Região Metropolitana de São Paulo 1995-09.....	65
Tabela 3 - Taxas de Participação, segundo Atributos Pessoais Região Metropolitana de São Paulo 1995-09.....	66
Tabela 4 - Distribuição dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação Região Metropolitana de São Paulo 1995-09.....	69
Tabela 5 – Proporção de Ocupados que Contribuem para a Previdência, segundo Posição na Ocupação RMSP 1995-09.....	70
Tabela 6 - Horas Semanais Trabalhadas pelos Assalariados no Trabalho Principal, segundo Setor de Atividade Econômica Região Metropolitana de São Paulo.....	71
Tabela 7 - Rendimento Real Médio dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação Região Metropolitana de São Paulo 1995-09.....	72
Tabela 8 - Índices do Emprego, do Rendimento Médio Real e da Massa de Rendimentos Reais dos Ocupados e dos Assalariados Região Metropolitana de São Paulo 1995-09.....	73
Tabela 9 - Rendimento Real Familiar Médio e segundo Decis na Região Metropolitana de São Paulo 1995-09.....	74
Tabela 10 – Valores observados dos indicadores componentes do índice total de tendência de precarização na RMSP.....	79
Tabela 11 – Valores observados dos índices dos indicadores componentes do índice total de tendência de precarização na RMSP.....	81
Tabela 12 – Valores observados dos índices e seus respectivos pesos por indicador componente do ITP na RMSP.....	81
Tabela 13 – Valores observados dos índices e seus respectivos pesos por cada dimensão componente do ITP na RMSP.....	85

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Classificação das formas de trabalho mutuamente exclusivas – Canadá (2002).....	37
Figura 2 - Diagrama do Índice de Precarização.....	56
Gráfico 1 – Curvas de lucro, acumulação, crescimento e produtividade de países selecionados da OCDE no período 1961- 2003.....	27
Gráfico 2 – Lucro, investimento e desemprego na Europa.....	28
Gráfico 3 - Indicador – Síntese do Mercado de Trabalho nas seis Regiões Metropolitanas 1991/99.....	43
Gráfico 4 - Média móvel (6 meses) do índice mensal de precariedade do mercado de trabalho metropolitano.....	49
Gráfico 5 - Média móvel (6 meses) do índice mensal ajustado de precarização do mercado de trabalho metropolitano.....	50
Gráfico 6 - Índices parciais e índice de precarização total, na RMPA subperíodos 1 (jul./92 – jun./94), 2 (jul./94 – jun./96), 3 (jul./96 – jun./98), 4 (jul./98 – jun./00) e 5 (jul./00 – jun./02).....	60
Gráfico 7 – Índices parciais e índice de tendência da precarização do mercado de trabalho na RMSP.....	86
Gráfico 8 – Variação real anual do PIB e índice de tendência de precarização do mercado de trabalho na RMSP.....	87

Quadro 1 – Principais diferenças entre a PED e a PME antiga, quanto à situação do indivíduo.....	53
Quadro 2 – Principais diferenças entre a PED e a PME antiga, quanto aos indicadores.....	54
Quadro 3 – Formas de Inserção da População Economicamente Ativa no Mercado de Trabalho.....	55
Quadro 4 - Índices parciais e índice de precarização total, na RMPA subperíodos 1 (jul./92 – jun./94), 2 (jul./94 – jun./96), 3 (jul./96 – jun./98), 4 (jul./98 – jun./00) e 5 (jul./00 – jun./02).....	59
Quadro 5 – Conceitos das variáveis que compõe a População Economicamente Ativa na PED.....	64
Quadro 6 – Conceitos das principais variáveis que compõe a posição na ocupação na PED.....	67

APRESENTAÇÃO

Em meados do século XX, o capitalismo experimentou um forte *boom* econômico que ficou conhecido na literatura como aquele dos anos dourados do capitalismo. Nesse período, o crescimento econômico foi acompanhado por baixo desemprego, assalariamento com ganhos reais crescentes, aumento da sindicalização e proteção social generalizada. Esses fatos revelavam a centralidade e a valorização do trabalho, e permitiram ao trabalhador a possibilidade de assumir uma identidade social e o pertencimento a alguma comunidade.

Percebeu-se nesse processo uma melhor forma de organização social advindas da criação de instituições de regulação, principalmente as que regem o mercado de trabalho no sentido de melhorar as formas de contratação e das relações de trabalho: dentre essas criações, podemos citar a definição de um salário mínimo e jornada semanal de trabalho, o descanso semanal e as pausas durante a jornada de trabalho, a proibição do trabalho infantil e a restrição do uso do trabalho feminino, o controle das condições de trabalho e os obstáculos à demissão. Da mesma forma, a proteção social era caracterizada por ações públicas de previdência, de saúde, de educação, de habitação, de água e saneamento, de seguro-desemprego e de qualificação profissional.

Essa centralidade do trabalho e da organização social permitiu um clima de bonança que caracterizou o período da hegemonia do modo de produção fordista, das políticas keynesianas e da própria estruturação do mercado de trabalho. Entretanto, essa forma de “capitalismo organizado” foi colocada em cheque com a crise que se manifestou em meados dos anos 1970, principalmente nos EUA, com baixo crescimento econômico, elevadas taxa de juros e elevação de déficits e dívidas públicos, redução da capacidade da poupança, elevação da inflação e queda da acumulação de capital.

Essa crise levou os principais países do mundo (EUA, Japão e Alemanha) a mudar suas decisões de política econômica, decisões essas que resultaram na inflexão do modelo produtivo e macroeconômico vigentes ao dar

início a um novo processo de modernização por meio da reestruturação produtiva, administrativa e financeira. Posteriormente, esse processo desencadearia um acirramento da concorrência internacional e uma nova divisão internacional do trabalho acompanhada por políticas de liberalização, privatização e desregulamentação do mercado de trabalho e, portanto, do desmantelamento de conquistas sociais e democráticas.

Chamamos esse processo de modernização conservadora devido a ele se dar por meio de políticas econômicas recessivas e da acumulação de capital flexível (*just in time*), ambas de grande impacto negativo sobre o trabalho, configurando assim mudanças que acarretaram a insegurança no mercado de trabalho, expressas na queda da renda, na inserção ocupacional atípica e na elevação do desemprego.

Essa tendência de aumento da insegurança do trabalhado não é vista somente em regiões dos países desenvolvidos, mas também em regiões de países em desenvolvimento, como é o caso da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, detentora da maior economia da América latina e de um dos mercados de trabalho mais dinâmicos.

O impacto do processo de modernização conservadora nessa região resultou na desindustrialização e desestruturação do mercado de trabalho por meio da presença combinada da abertura econômica e financeira, do elevado desemprego, do desassalariamento e da geração de postos de trabalho precários, além da precarização das condições sociais na região.

Dentro desse contexto, vários autores ao estudar os movimentos de degradação do mercado de trabalho, passam também a discutir o movimento de precarização nesse mercado, porém, sem antes defini-lo, fato que revela a complexidade dessa temática do mercado de trabalho brasileiro.

Em virtude disso, a presente dissertação procura agregar a esse debate, apresentando uma proposta de índice de precarização para o mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo. A partir de uma breve discussão sobre o período de 1945 a 1973 e seus avanços econômicos e sociais, e as mudanças ocorridas após 1973 em diante, mudanças, como já comentado, com forte impacto negativo sobre o trabalho, procura-se analisar,

por meio de um modelo estatístico, a tendência de precarização do mercado de trabalho da RMSP nos últimos 15 anos (1995-2009). Nosso foco se dirige, principalmente, aos últimos 7 anos (2003-2009), período que parece destoar do movimento iniciado na década de 1980 e aprofundado na década de 1990, isto é, do aumento da inserção ocupacional precarizada, com alto desemprego e queda do rendimento do trabalho.

Três são as partes constitutivas da presente dissertação, sem contar a apresentação, a conclusão e as referências bibliográficas. A primeira parte procura pontuar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, ao descrever a crise do regime fordista de acumulação, os movimentos de financeirização e a tendência de precarização, enquanto a segunda parte refere-se à apresentação do trabalho de três autores, cujos temas também foram a construção de índices de avaliação do mercado de trabalho brasileiro.

A terceira parte, por fim, trata da apresentação de uma proposta de índice de precarização para o mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo, seguida de uma análise sócio-econômica por meio dos dados da pesquisa de emprego e desemprego (PED) para essa região e a apresentação da nossa metodologia, construção, resultados e tendências. Nesse sentido, pretende-se explorar, por meio de modelos estatísticos, uma nova perspectiva explicativa para a situação atual de inversão no sentido da evolução do mercado de trabalho brasileiro.

CAPÍTULO 1 - AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO: A CRISE DO REGIME FORDISTA DE ACUMULAÇÃO, MOVIMENTOS DE FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E TENDÊNCIAS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

1.1 Crise e transformações do capitalismo nos anos 1970/1980

Para que possamos entender a crise capitalista do final da década de 1970 e dos anos 1980 (crise essa evidenciada pelos dados de crescimento econômico e de desemprego do período), devemos não apenas retroceder aos seus momentos imediatamente anteriores (os anos dourados), mas àqueles que antecederam os gloriosos trinta anos do pós-guerra. Estamos nos referindo à crise de 1929 e às suas conseqüências¹, particularmente às referentes aos (des) equilíbrios macroeconômicos, à depressão econômica, ao elevado desemprego, à instabilidade monetária e à ausência de instrumentos de distribuição da renda. Estamos, assim, falando da crise que cindiu o próprio núcleo teórico que sustentava o pensamento econômico até então, e que se caracterizava pela crença nos pressupostos de mercado auto-regulador e de pleno emprego automático, preconizando, portanto, a não intervenção do Estado na economia (MIGLIOLI, 1982).

É nossa opinião que os resultados positivos da economia no período entre 1945 e 1973 (resultados esses perceptíveis a partir dos dados de crescimento econômico, do baixo desemprego e dos ganhos econômicos e sociais decorrentes da elevação dos salários reais acima dos ganhos de produtividade²) são frutos, do ponto de vista macroeconômico, das políticas keynesianas anti-cíclicas, ou seja, da busca pela sustentação da demanda efetiva e da criação da infra-estrutura necessária para a continuidade do desenvolvimento capitalista (energia, transportes, telecomunicações, entre outras).

Para esses resultados também contribuíram, sob a ótica microeconômica e administrativa, as novas técnicas de organização industrial, a integração vertical, as economias de escala, as linhas de montagem, a criação e utilização das esteiras e da produção em série, o controle rígido do

¹ Ver Galbraith (2010).

² Ver Oliveira (1998).

processo produtivo e a especialização funcional da mão-de-obra. Esses fatores garantiram o que se convencionou chamar de tripé fordista, isto é, a produção em massa, o emprego em massa e o consumo em massa. Em sua análise do modo de produção fordista, Harvey destaca que:

O que havia de especial em Ford (em que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (Harvey, 2009, p.121)

O período recessivo decorrente da primeira grande crise do liberalismo econômico no capitalismo industrial organizado deu lugar a forte *boom* econômico e ao desenvolvimento do fordismo³, o que ocorreu entre 1945 e 1973. Os anos dourados caracterizaram-se, assim, pelo crescimento econômico e pelo baixo desemprego, pela elevação do assalariamento com ganhos reais crescentes, pelo aumento da sindicalização e pela proteção social generalizada: nesse contexto, o trabalhador assumiu cada vez mais o papel de consumidor e o trabalho garantia esse “direito”, significando também identidade social, inserção e pertencimento a alguma comunidade.

Nesse período, identificamos a criação de instituições de regulação do mercado de trabalho, afinal, esse mercado garante a renda para o consumo e, por consequência, o retorno do capital para uma nova rodada de produção e investimento.

Ainda sobre o modo de produção fordista, Dedecca (2010) aponta para três dimensões que marcam esse regime: a) a do contrato e das relações de trabalho, b) a da proteção social e do trabalho e c) a do direito de representação, de organização e de democracia.

³ Segundo Harvey (2009): “A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabeleceu no ano anterior em Dearborn, Michigan.”(Harvey, 2009, p.121). Contudo, os métodos fordistas de produção somente foram largamente utilizados depois de finda a II Guerra Mundial.

A primeira categoria, da contratação e das relações de trabalho, diz respeito à definição de um salário mínimo, à jornada semanal de trabalho, ao descanso semanal e às pausas durante a jornada de trabalho, à proibição do trabalho infantil e à restrição do uso do trabalho feminino, ao controle das condições de trabalho e aos obstáculos à demissão, dentre outros.

No que se refere à proteção social e do trabalho, podem ser mencionadas as políticas de previdência, de saúde, de educação, de habitação, de água e saneamento, de seguro-desemprego e de qualificação profissional.

Finalmente, sobre o direito de representação e organização e de democracia, podemos citar o crescimento da importância das organizações de representação coletiva, principalmente dos sindicatos e/ou partidos dos trabalhadores, fato que possibilitou a modificação e a melhoria dos contratos e das relações de trabalho.

Essa estrutura de produção e as políticas macroeconômicas coordenadas foram desenvolvidas em meio a um cenário de mudanças políticas e econômicas mundiais. Esse contexto refere-se principalmente ao nascimento do novo centro hegemônico do capitalismo contemporâneo, os Estados Unidos da América (EUA), país que, ao final da Segunda Guerra Mundial, estabeleceu sua moeda (o dólar) como a moeda padrão do sistema monetário e financeiro internacional. Também diz respeito à reconstrução da Europa e do Japão pelas instituições multilaterais criadas na reunião de Bretton Woods em 1944, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), conhecida também como Banco Mundial.

Esses são aspectos de extrema relevância, uma vez que estão diretamente relacionados ao crescimento econômico mundial, ou seja, à reconstrução dos países diretamente afetados pela guerra e a sua posterior expansão. Sabe-se que esse processo somente foi possível devido à elevada liquidez internacional proporcionada pelo dólar, fato que permitiu às nações sustentarem suas políticas macroeconômicas keynesianas nacionais: nesse

momento, os EUA assumem papel chave enquanto centro do paradigma fordista, assumindo também a hegemonia política e econômica mundial.

O clima de bonança que caracterizou o período da hegemonia do modo de produção fordista, das políticas keynesianas e da estruturação do mercado de trabalho foi colocado em cheque com a crise que se manifestou em meados dos anos 1970, principalmente nos EUA: o crescimento econômico se reduziu; a taxa de juros se elevou; as dívidas e déficits públicos aumentaram rapidamente; a capacidade da poupança diminuiu e a inflação se elevou.

A interrupção dessa fase de prosperidade não ocorreu repentinamente: nos anos 1960, o fordismo já apresentava indícios de saturação do mercado interno, bem como já era evidente a necessidade de busca de novos mercados para realizar os excedentes da produção. Porém, como seria de se esperar, os trabalhadores foram contra a intensificação do ritmo de trabalho, e essa reação acabou resultando na queda da acumulação de capital. Quanto a esse processo, Marques afirma:

Os primeiros indícios do esgotamento do ciclo de expansão da economia capitalista começaram a aparecer ao final da década de 60. Para muitos autores, principalmente os filiados à escola regulacionista, a crise iniciou-se no momento em que os trabalhadores passaram a questionar a organização do trabalho fordista, impedindo que essa produzisse taxas crescentes de produtividade. (Marques, 1997, p.51)

Marques (1997) também afirma que a causa do esgotamento fordista foi resultado da própria forma de organização do regime de produção: o número elevado de fases do trabalho para finalizar o produto e a não homogeneidade de tempo do trabalho fazia com que a linha funcionasse no ritmo da atividade mais lenta. Isso significava que, para os outros postos de trabalho, havia um tempo (da jornada) em que o trabalhador ficava a espera do material ou do subconjunto chegar, sem que agregasse valor. Além disso, pode-se dizer que havia uma rigidez dentro desse regime, de modo a não ser possível serem realizadas mudanças para elevar a produtividade de todos os trabalhadores dentro da jornada de trabalho.

O regime fordista, com sua concepção de consumo de massa, sempre dependeu de políticas que sustentassem a demanda efetiva. Nos EUA, entre outros fatores, por muito tempo a demanda efetiva foi assegurada pela guerra do Vietnã⁴, mas os resultados operacionais, em termos de produtividade e lucros, começaram a apresentar queda depois de 1966, a despeito da manutenção das despesas militares. A queda acabou por resultar em redução da receita fiscal nos EUA, compensada posteriormente pelo imposto inflacionário e pela desvalorização da moeda nacional, ou seja, pela perda da estabilidade da moeda-reserva internacional, o dólar. Assim, Harvey descreve:

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor 'monopolista'). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972. A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável. (Harvey, 2009, p. 135-136).

Como a economia norte-americana era o principal motor desse padrão de crescimento, as decisões de política econômica tomadas para mudar seu quadro de estaginflação resultaram na inflexão do modelo produtivo e macroeconômico vigentes, principalmente, nas principais economias da Europa e da Ásia. Nesse ponto, Tavares muito claramente descreve que:

⁴ Segundo Hobsbawn (1995), na década de 1960, a elevação da quantidade de dólares e sua flutuação no mundo se deram em função dos elevados investimentos americanos no exterior e aos enormes gastos políticos e militares do governo dos EUA.

[...] a política de ajuste de balanço de pagamentos dos EUA, bem como suas tentativas de manter a hegemonia do dólar, levaram os demais países da OCDE, em particular, o Japão e a Alemanha, a formular respostas bem sucedidas de reestruturação industrial, provocando acentuadas mudanças na divisão internacional do trabalho. (Tavares, 1993, p.21)

Entre 1973 e 1983, a maioria dos países centrais fez ajustes macroeconômicos como resposta à crise monetária internacional e aos choques do petróleo da década de 1970, dando início à (des)coordenação macroeconômica e à falta de uma política industrial direcionada.

Já em fins de 1978, Paul Volker, à frente do *Federal Reserve* (Banco Central norte-americano), decidiu praticar a política do dólar forte, elevando a taxa de juros dos EUA a 8% e provocando valorizações na ordem de 50%, entre 1980 e 1985. Tal política resultou no declínio industrial e na aceleração do endividamento da maioria dos países, e na recessão que assolou a maioria dos países na década de 1980. A situação, assim, fragilizou ainda mais as economias que já se encontravam em recessão por causa das crises do petróleo. Segundo Tavares:

Os EUA nunca tiveram uma política industrial explícita e de longo prazo, salvo no complexo militar. Assim, os esforços de inovação tecnológica em informática e eletrônica seguiram a orientação 'natural' do mercado militar e dos serviços bancários e de comunicações, destinados, ambos, a reforçar o poder internacional da potência dominante. Esses avanços tecnológicos, como se verificaria mais tarde, não melhoravam a competitividade nas indústrias de bens de consumo duráveis nem nos complexos metalmeccânico e elétrico, aos quais estavam ligados. (Tavares, 1993, p. 27)

O modelo fordista que havia sustentado o padrão industrial dos países industrializados (e, principalmente o norte-americano no período pós-guerra) tornou-se rapidamente anacrônico, deixando de ser a base interna de sustentação sistêmica de uma economia de produção e de consumo de massas, ou seja, deixando de ser a base da capacidade de expansão do PIB norte-americano.

Nesse cenário de (des)ajuste interno da maioria dos países, um novo protagonista, o Japão, entrou em cena. No passado, em função de sua elevada dependência por matérias-primas importadas, o Japão fez grandes alterações no seu quadro institucional e econômico, principalmente realizando mudanças e implantando políticas no sentido da eficiência industrial. Isso permitiu elevar suas exportações e economizar matérias primas e petróleo, o que foi extremamente importante durante os choques de oferta provocados pela elevação do preço desse último.

Nota-se que o Japão tentou ajustar a economia do ponto de vista interno e externo, empreendendo uma política industrial que compensasse a reestruturação produtiva nas indústrias siderúrgica, naval e petroquímica: eram justamente elas as mais fortemente afetadas pelas mudanças nos preços relativos e pela superprodução mundial. Essa política pautou-se pela implementação da inserção de novas tecnologias e pelo desenvolvimento de novas técnicas de produção e de controle no processo produtivo. Com mais fôlego, o Japão conseguiu manter seu nível de atividade e ainda sustentar o crescimento de algumas economias, como a da Coreia e a dos EUA.

Na América Latina, os países seguiram o modelo de ajuste externo e (des)ajuste interno via diplomacia do dólar forte, sendo nisso acompanhados por países europeus, como França e Itália. Já a Inglaterra, por ser uma economia mais aberta e uma poderosa praça financeira, estava mais exposta às flutuações cambiais e da taxa de juros: o país acabaria por optar pela desregulamentação financeira e pela desmontagem do Estado, assumindo o ônus das ondas de especulação e da desindustrialização.

Por fim, a partir de 1982, a Alemanha é mais um dos protagonistas a optar por uma reestruturação industrial de longo prazo e por uma política macroeconômica de ajuste: o país apresentava uma fortalecida estrutura industrial, comercial e financeira; sua posição permitiu a estruturação do sistema monetário europeu, além da integração e expansão econômica da Europa. Quanto à reestruturação produtiva, Tavares argumenta:

No que diz respeito à reestruturação industrial propriamente dita, não foi por acaso que o Japão se manteve na liderança, seguido pela Alemanha. Do ponto de vista microeconômico, ou melhor dizendo, da organização industrial, nota-se que são dois países que possuem relações financeiras históricas entre seus bancos e suas grandes empresas. Do ponto de vista macroeconômico, são países cujas moedas servem de reserva internacional, permitindo-lhes fazer frente ao dólar sem riscos para seus balanços de pagamentos. Sua posição financeira internacional e o alto grau de coesão interna suavizaram as políticas de ajuste, em particular as políticas monetária e creditícia, neutralizando de forma razoável os impactos das flutuações do dólar e da taxa de juros internacional, *vis-à-vis* as taxas de juros e a expansão monetária interna. (Tavares, 1993, p.42)

Dada a liquidez endógena de seu mercado bancário interno, Japão e Alemanha praticaram juros baixos, estratégias que mantiveram a capacidade de financiamento dos investimentos privados e a da dívida pública. Com isso, esses Estados conseguiram espaço para executar suas políticas macroeconômicas e industriais, possibilitando a modernização de suas grandes empresas, e por conseqüência, a manutenção da capacidade de concorrência internacional.

O Japão esteve na vanguarda do processo de modernização, pois adotou uma reestruturação com base na diversificação e conglomeração da grande empresa em grupos financeiros (*keiretsu*), centralizados em bancos-chaves. Isso permitiu uma maior flexibilidade financeira e capital de longo prazo às grandes empresas japonesas, que puderam suportar ajustes e perdas de curto prazo.

A inovação se deu também nas esferas administrativa e financeira: além de combater o taylorismo e adotar formas flexíveis de organização interna favoráveis na incorporação de novas técnicas microeletrônicas, o Japão organizou o parque industrial de forma a combinar a produção de bens de consumo de massa e de equipamentos de alta sofisticação tecnológica a partir da sinergia industrial local.

A economia japonesa comandava a internacionalização da sua região e, ao mesmo tempo, modernizava e ampliava sua indústria e os seus mercados. Os países da região (conhecidos como tigres asiáticos) aproveitavam a

flutuação da relação iene/dólar e de linhas de financiamento, adotando com rapidez a estratégia de exportações e importações. Esses países acabariam por trocar a exportação de bens não duráveis (têxteis) para a de bens duráveis, e substituindo a importação de matérias-primas simples para a de equipamentos mais sofisticados.

Na Europa, a Alemanha liderava o processo de reestruturação, porém, em um ritmo mais lento que o japonês: os conflitos entre as suas instituições internas (o *Bundesbank* e sua ótica ortodoxa; o Ministério da Ciência e Tecnologia, favorável à reestruturação produtiva; e o Ministério do Trabalho, favorável à defesa de uma economia social de mercado) colaboravam para essa lentidão

Esse processo desencadeou um acirramento da concorrência internacional e uma nova divisão internacional do trabalho a partir de duas mudanças básicas: a reestruturação produtiva ou “terceira revolução industrial” e mundialização do capital. Aqui, definimos “terceira revolução industrial” como “um cluster de inovações que não modifica radicalmente a infra-estrutura de transportes nem a base energética do sistema industrial não tem o impacto transformador de uma verdadeira revolução industrial.” (TAVARES, 1993, p. 53). Por sua vez, a mundialização do capital que pode ser descrita como o resultado de dois conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro conjunto diz respeito à longa fase de acumulação de capital no final do século XX. Já o segundo conjunto de fenômenos diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e ao desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, intensamente vivenciadas no início da década de 1980, em especial, na Inglaterra e nos EUA, com Thatcher e Reagan (CHESNAIS, 1996).

A liberalização financeira nos anos 1980 elevou a concorrência interbancária no cenário internacional, fato que resultou em conflitos entre os principais bancos dos grandes centros financeiros. Esse movimento financeiro provocou variações nas taxas de juro e de câmbio, e determinou as políticas de ajustes recessivos.

Os movimentos da modernização conservadora, por meio de políticas econômicas recessivas e da acumulação de capital flexível, geraram mudanças e insegurança no mercado de trabalho, expressas na queda da renda, na inserção ocupacional atípica e na elevação do desemprego, sendo esse nosso objetivo de estudo na próxima parte deste capítulo.

1.2 Trabalho, Financeirização e Precarização

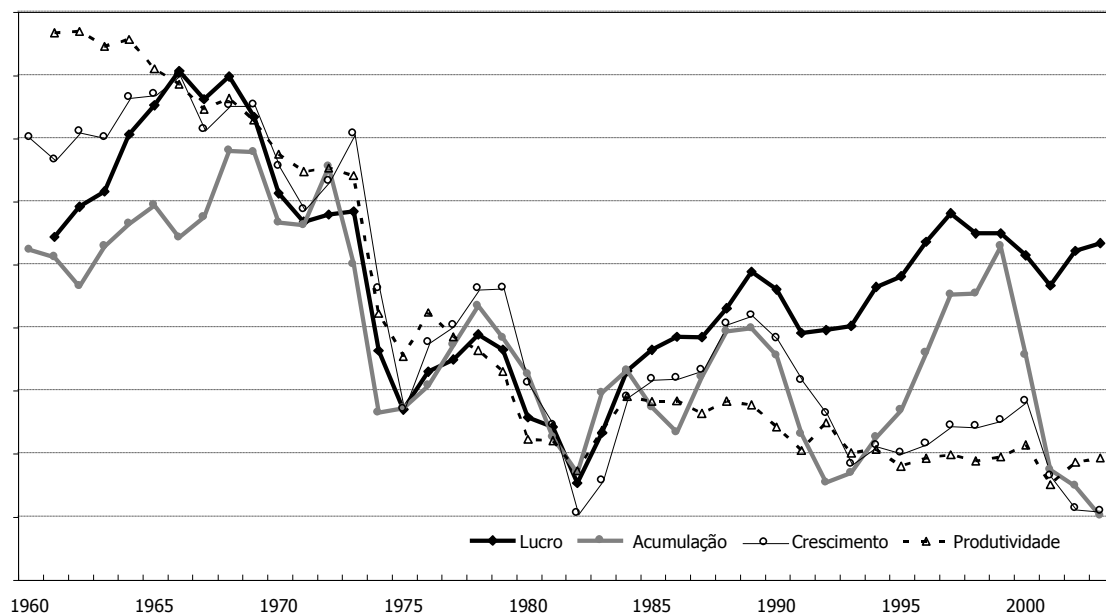
A partir dos anos 1980, e posteriormente nos anos 1990, os ambientes de trabalho passaram por um processo de modernização. Tal processo ocorreu, em especial, devido à crise que se instalou em função do enfraquecimento do fordismo e da queda da taxa de lucro. Essa situação obrigou as empresas a reduzir custos e aumentar a produtividade.

De início, não se observou uma elevação dos lucros e muito menos da produtividade: o ajuste, portanto, deu-se via mercado de trabalho e por meio da busca de outras fontes de lucros, tais como aplicações nos mercados financeiros.

Observa-se no Gráfico 1 que, a partir de 1980, há uma inflexão na tendência das curvas de lucro, de acumulação, de crescimento e de produtividade, caracterizando uma desregulação, quando comparado ao período anterior. Um fato interessante é que o lucro e a acumulação não evoluem da mesma forma, provavelmente devido à taxa de lucro agora ser composta por retornos financeiros, não sendo reinvestida em parte. Conforme Chesnais (2005) e Husson (2006), esses movimentos caracterizam a volta ao capital portador de juros, fato que elevará a participação da renda do capital, à queda da renda do trabalho e à forte financeirização da economia capitalista. Segundo Dedecca:

O processo de financeirização exacerbada da economia capitalista estabeleceu-se com base em um processo recorrente de desvalorização do trabalho, com uma progressiva precarização das condições de emprego e de remuneração, de um lado, e de recorrente desemprego, de outro. (Dedecca, 2010, p. 1)

Gráfico 1 – Curvas de lucro, acumulação, crescimento e produtividade de países seleccionados da OCDE no período 1961- 2003



Dados: EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália (médias ponderadas segundo o PIB).

Fonte: OCDE, *Perspectives économiques*, 2003. Apud HUSSON, 2006.

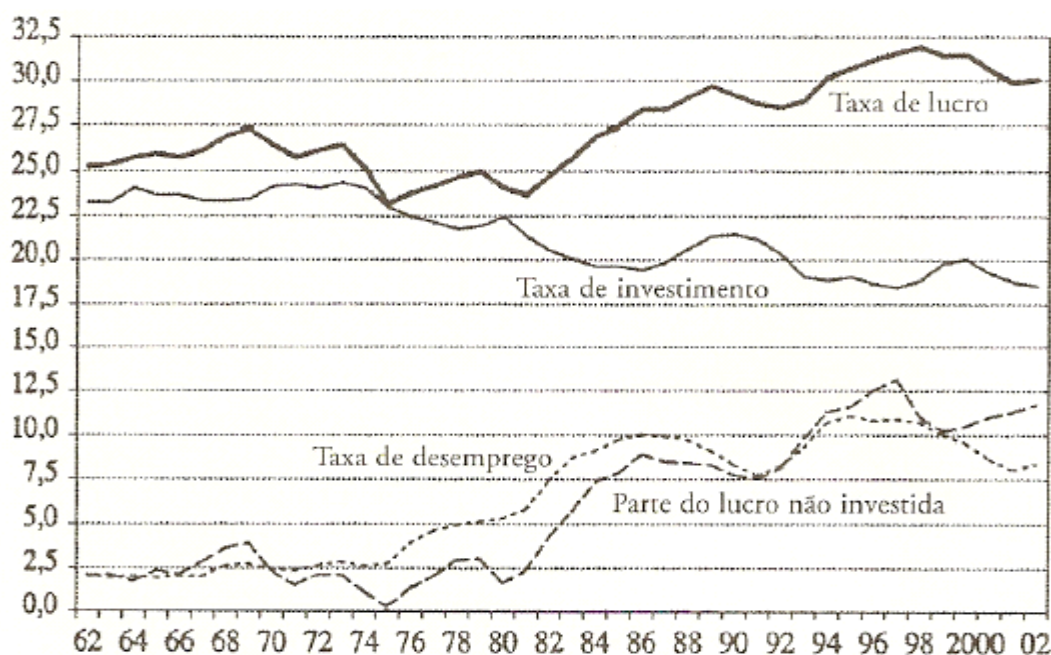
Por meio dessa nova composição do capital, cuja lógica financeira iria conduzir as curvas de lucro, acumulação, crescimento e produtividade das economias capitalistas no sentido de recuperar a rentabilidade das empresas, iniciou-se um período de baixo investimento e de elevação do desemprego, como mostra o Gráfico 2. Nele, percebemos como a lógica financeira se sobrepõe à lógica produtiva e, em conjunto com ela, com a falta de um compromisso com o trabalho. Em outras palavras, pode-se afirmar que a taxa de lucro passa a se recuperar com a rentabilidade advinda dos ganhos não produtivos e que a curva da parte do lucro não reinvestido passa a acompanhar a taxa de desemprego.

Outro ponto importante da dominância da lógica financeira é que esta não foi adotada somente pelas empresas, mas também por uma parte das famílias, como forma de enfrentar as incertezas (riscos, para algumas escolas econômicas) em relação ao futuro. Um exemplo claro da financeirização na esfera das famílias é a aquisição, por parte delas, de produtos financeiros tais

como as previdências complementares privadas, que surgem ao mesmo tempo em que emerge o questionamento da capacidade dos Estados em continuar os financiamentos da proteção social e universal. Ainda de acordo com Dedecca:

A desvalorização do trabalho traduziu-se no recuo dos salários tanto na renda das famílias quanto no produto nacional. Progressivamente, os salários foram perdendo importância no processo de formação da renda, enquanto, uma cesta diversificada de produtos financeiros foi ganhando espaço. Esse movimento tem assumido intensidade desigual no interior da sociedade, em razão do acesso ao mercado financeiro estar diretamente relacionado ao estoque de ativos que as empresas e as famílias detêm. (Dedecca, 2010, P. 13)

Gráfico 2 – Lucro, investimento e desemprego na Europa



Fonte: Michael Husson, 2003. Extraído de CHESNAIS, 2005.

Com a elevação do desemprego, o objetivo da redução de custos passou a se concretizar pelo arrocho salarial. O capital se sobrepõe ao trabalho e os postos de trabalho se reduzem, caracterizando um forte contraste com o período dos anos dourados do capitalismo. Segundo Marques:

Não se trata de um desemprego próprio de um período de mera reestruturação, em que, passado o tempo necessário para as empresas se adequarem às novas normas de produção, o emprego voltará a crescer por conta de novos investimentos. (Marques, 1997, p.60)

O desemprego gerado nesse período tem um novo perfil. Trata-se de um desemprego fortemente determinado pela idade e pelo gênero; em outras palavras, ele afeta com maior intensidade os mais jovens, as mulheres e os trabalhadores acima de 45 anos de idade.

Além do elevado desemprego, esse período caracterizou-se pela precarização do trabalho, revestida de várias formas de contratação: contrato de trabalho por tempo determinado, trabalho por tempo parcial ou trabalho de solidariedade (que tem sua realização mediante financiamento do estado), entre outras formas. De acordo com Marques:

[...] a precarização do trabalho afeta o conjunto dos trabalhadores. Para os que vivem a situação de desemprego há muito tempo, não houve perda somente do trabalho. Sua inutilidade social os desqualifica, também, sobre o plano cívico e político. Para os que ainda tem a felicidade de estar empregados, parcial ou totalmente, a possibilidade da demissão ou o fim do contrato determina que vivam somente o dia de hoje, não havendo mais, no seu horizonte, o amanhã. Nesse quadro de incerteza, o trabalho perde crescentemente sua capacidade de integrar os indivíduos na sociedade. (Marques, 1997, p.69)

Esses são os resultados do novo regime de acumulação que ia se desenhando, um regime flexível (que se opõe ao anterior, de excessiva rigidez) que busca a produtividade mesmo com elevado custo social. É um regime caracterizado pela relativa flexibilidade da organização e da produção, estrutura essa que permite às empresas responderem rapidamente às alterações da demanda. Esse regime acaba, portanto, por resultar na elevação da rotatividade do trabalho, pois os trabalhadores passam a ser integrados e expulsos, conforme a necessidade do capital e do seu regime de acumulação, processo que ficou conhecido como *just in time*. Sendo assim, o regime de

acumulação flexível nada mais é do que a redução significativa do custo com o trabalho, por meio da sua desvalorização e da precarização das suas condições (FREYSSINET, 2009).

Mattoso (1994) não tem dúvida de que houve uma modernização conservadora e uma ofensiva do capital estruturado sob a lógica e dominância financeira, em nome da competitividade internacional e contra uma relação capital/trabalho mais favorável ao trabalhador. Da situação favorável ao trabalho do período anterior, recuou-se para uma realidade na qual os trabalhadores encontram-se uma posição defensiva, pois o surge um novo trabalhador que perde de forma silenciosa seus direitos. A maioria dos trabalhadores é percebida como possuindo tanto um perfil inadequado como uma qualificação superada, devido às exigências da nova tecnologia vigente. Isso os leva a se inserirem no mercado de trabalho competitivo em situação de desvantagem, o que resultou, muitas vezes em desemprego ou na aceitação de ocupações precárias.

Concomitante ao novo padrão industrial houve a expansão da insegurança do trabalho como resultado da desestruturação do mercado de trabalho construído no pós-guerra. Essa expansão da insegurança do trabalho ocorreu em cinco níveis diferentes: 1) no mercado de trabalho, 2) no emprego, 3) na renda, 4) na contratação e 5) na representação do trabalho.

A insegurança no mercado de trabalho é caracterizada pela maior insegurança em pertencer ou não ao mercado de trabalho, ou seja, pela percepção de estar na condição de desempregado e sofrer as consequências e limitações impostas à condição humana. (MATTOSO, 1994, p. 525)

Assim, o desemprego desse período apresenta-se como resultado do excesso de oferta de trabalhadores, provocado pela ruptura do compromisso keynesiano e, portanto, pelo fim da defesa (ou priorização) do pleno emprego, tal como foi característica dos trinta anos dourados. Na verdade, ele foi resultado do violento processo de reestruturação do capital realizado pela modernização conservadora, processo caracterizado pela substituição de insumos por novas matérias-primas, pela informatização dos processos, pela

automatização e robotização das linhas de produção, pela flexibilização e terceirização da produção, pela reconcentração de capitais e pela formação de blocos econômicos entre países.

A insegurança no emprego evidencia-se por meio da redução de empregos estáveis nas empresas e na elevação de formas de trabalho atípicas: contratação por tempo determinado, temporário, *part-time*, tempo parcial, autônomos, aprendizes, estagiários, entre outras. São formas de trabalho que apresentam condições de má remuneração e sem garantias de seguridade social, de aposentaria ou de assistência médica.

A insegurança na renda resulta da fragmentação do trabalho e da contratação em condições eventuais e precárias, somadas à desestruturação do mercado de trabalho. Ocorre então a flexibilização dos salários com base na situação de cada empresa e na capacidade de cada trabalhador; os salários são calculados em função do nível de atividade econômica e desprotegidos de quaisquer mecanismos de reposição das perdas advindas da elevação do nível de preços.

A insegurança na contratação do trabalho refere-se à tendência de negociação e regulação do trabalho para formas individualizadas e promocionais, tornando as relações de trabalho mais descentralizadas e potencializando a flexibilização dentro do local de trabalho. Ainda segundo Mattoso:

A plena subordinação aos ditames liberais e à concorrência do mercado auto-regulável privilegiou apenas a ampliação da descentralização das relações de trabalho, terminando por favorecer a expansão do dualismo do mercado de trabalho e da segmentação do trabalho. Ampliaram-se as formas de contratos determinados, tempo-parcial, etc., ao mesmo tempo que se estabeleceram relações de trabalho 'sem contrato'. Os salários, por sua vez, tenderam a reduzir sua participação, enquanto cresceram os ganhos ou prêmios relativos à qualidade, participação, etc., gerando formas de contratação cada vez mais individualistas [...] (MATTOSO, 1994, p. 542)

A organização dos trabalhadores é ameaçada devido à queda da sindicalização, enfraquecendo assim as ações de reivindicação e de negociação trabalhistas.

Esses cinco níveis de insegurança observados na maioria dos países desenvolvidos, não são mutuamente exclusivos, cada nível potencializando o outro.

Essa tendência de aumento da insegurança do trabalhador não é vista somente nos países desenvolvidos, mas também em regiões de países em desenvolvimento, como é o caso da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, que possui a maior economia da América latina e um dos mercados de trabalho mais dinâmicos. Sobre esse aspecto, é importante mencionar o interessante trabalho de Montalli (2004), que analisa os efeitos da reestruturação produtiva e do desemprego no interior das famílias na RMSP. Essa autora descreve as mudanças do mundo do trabalho e como as suas novas formas, analisando principalmente a redução de postos de trabalho, a inserção de trabalhadores autônomos e a proliferação de iniciativas de trabalho por conta própria. Isso, somado à precarização dos vínculos e à perda da proteção social, levou a novos rearranjos de inserção dos componentes familiares no mercado de trabalho, na tentativa de manter o rendimento familiar. Mas, segundo Montalli, a precarização do trabalho e o elevado desemprego fragilizam as formas encontradas para garantir a sobrevivência dessas famílias.

Pochmann (2001), por seu turno, fez uma análise de uma das cidades da RMSP e identificou o movimento de desestruturação do mercado de trabalho por meio da presença combinada de desemprego aberto em larga escala, do desassalariamento e da geração de postos de trabalho precários e da precarização das condições sociais na região.

Já Singer (2003) faz uma análise sobre as transformações sócio-econômicas ocorridas na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP a partir da crise industrial nos anos 1980 e o processo de globalização e de desindustrialização nos anos 1990. A transformação que Singer se refere é sobre a mudança setorial do emprego na RMSP, ou seja, cai o emprego na

indústria e se elevam as ocupações nos setores de comércio e serviços. Segundo o autor:

Na realidade, a ocupação industrial cresceu até com certo vigor durante a década de 80 e inverteu seu curso subitamente a partir de 1990, quando a crise econômica e abertura do mercado interno coincidiram, pondo a indústria metropolitana sob dupla pressão de uma demanda em queda livre e a competição do importados. (SINGER, 2003, p.41)

O autor afirma que a dinâmica da indústria era o que sustentava a economia da RMSP. Mas, diz ainda, a economia da RMSP apresentou resultados negativos com a tendência de desindustrialização observada nos anos 1990. Do lado do trabalho, um dos fatores negativos foi a contração do assalariamento, dado que para o autor é a indústria que gera melhores empregos.

Singer pesquisa a questão da segurança do trabalho abordado por Mattoso (1994) e consegue identificar o processo de flexibilização nas relações de trabalho advindo da globalização e do elevado desemprego. Diz o autor:

Na realidade, a organização dos trabalhadores é atingida ao mesmo tempo pela precarização e de informalização – a soma de desassalariamento ou terceirização e de informalização – e pelo desemprego, que também é crescente. (SINGER, 2003, p.49)

Percebe-se que a questão da precarização do trabalho é um denominador comum na discussão que diz respeito às mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos 1970, tendo os anos dourados do capitalismo como referência de comparação. Entretanto, vários autores discutem a degradação do mercado de trabalho por meio da precarização sem antes defini-la, o que revela, de certa forma, a complexidade que esse fenômeno assume no mercado de trabalho. Um método interessante parece ser o da cartilha da Organização Internacional do Trabalho - OIT ao trabalhar com o conceito de trabalho decente, representando um contraponto ao trabalho precário ou não decente. Para a OIT:

[...] trabalho decente é um trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, e que seja capaz de garantir uma vida digna. Trata-se, portanto, do trabalho que permite satisfazer às necessidades pessoais e familiares de alimentação, educação, moradia, saúde e segurança. É também, o trabalho que garante proteção social nos impedimentos de seu exercício (desemprego, doença, acidentes, entre outros), assegura renda ao chegar à época da aposentadoria e no qual os direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras são respeitados [...] (OIT, 2005, p.17)

Para que possamos seguir em frente e compreender melhor esse assunto, apresentamos no próximo capítulo, três propostas de análise da tendência de precarização do mercado de trabalho mediante a utilização da construção de índices de precarização aplicado aos mercados de trabalho brasileiro.

CAPÍTULO 2 - ÍNDICES DE PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: CONSTRUÇÕES E RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar três propostas de índices construídos para avaliar a qualidade do mercado de trabalho brasileiro e/ou a sua tendência de precarização. Os autores que desenvolveram esses índices são Saboia (2000), Freire (2006) e De Toni (2004).

Como vimos, o mercado de trabalho brasileiro sofreu grande mudanças na década de 1990. Marques (2010) destaca que houve um processo de flexibilização do trabalho, mas lembra parte do mercado de trabalho brasileiro sempre foi flexibilizado, dada a presença dos trabalhadores informais. A diferença é que, agora, a flexibilização passou a ser uma realidade colocada para todos os trabalhadores.

Theodoro (2005) confirma a afirmação da flexibilidade no mercado de trabalho brasileiro ao destacar em seu texto a transição do Brasil império (1808-1889) para o Brasil república a partir 1889, período da transição do trabalho escravo para o trabalho livre⁵ e de elevada informalidade.

O nascimento do mercado de trabalho ou, em outros termos, a ascensão do trabalho livre como base da economia, foi acompanhada pela entrada crescente de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas. Este processo vai dar origem ao que, algumas décadas mais tarde, será denominado o setor informal no Brasil. (THEODORO, 2005, p. 95)

Percebe-se assim, a existência estrutural da flexibilização das relações de trabalho no Brasil. Contudo, esse processo se acentuou nos anos 1990⁶, período pelo qual o ideário neoliberal sob a dominância financeira ganhou força na economia brasileira e o ajuste do lado monetário passou a ser priorizado em relação ao (des)ajuste do lado real. A leitura dos dados desse período nos mostra que houve uma queda do emprego típico, a elevação do desemprego e uma queda do rendimento do trabalho, caracterizando uma tendência de precarização do mercado de trabalho brasileiro (DIEESE, 2001).

⁵ Ver Barbosa (2008).

⁶ Ver Marques (2010).

Diante dessa realidade, é importante se dispor de um índice que capte essa precarização e sua tendência. Não obstante, para que seja possível o desenvolvimento de um índice próprio, é necessário que avaliemos o que já tentado por outros pesquisadores. Tal como anteriormente comentado, essa tarefa é realizada pela apresentação do trabalho de três autores, que analisaram a tendência do mercado de trabalho brasileiro por meio de um índice composto por dimensões que tentam captar os movimentos de melhoria ou não do mercado de trabalho.

A metodologia de cálculo dos índices criados por cada autor foi inspirada no índice de desenvolvimento humano (IDH) do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD ou UNDP em inglês)⁷. Sua utilização permite ver a evolução do mercado e trabalho em várias dimensões, dada a composição do índice-síntese utilizado por cada autor, isto é, mesmo dentro de uma conjuntura favorável, é possível se analisar quais são os fatores positivos e negativos indicados por cada dimensão, além da tendência do índice-síntese.

Ao pesquisarmos essa forma de análise na literatura internacional, encontramos apenas o trabalho de Cranford *et al* (2003) que o faz por meio de tentativas de classificação das formas de trabalho no Canadá. O método desses autores parte de uma classificação mutuamente exclusiva das formas de trabalho, por meio das quais eles definem o emprego padrão e o não padrão ou precário.

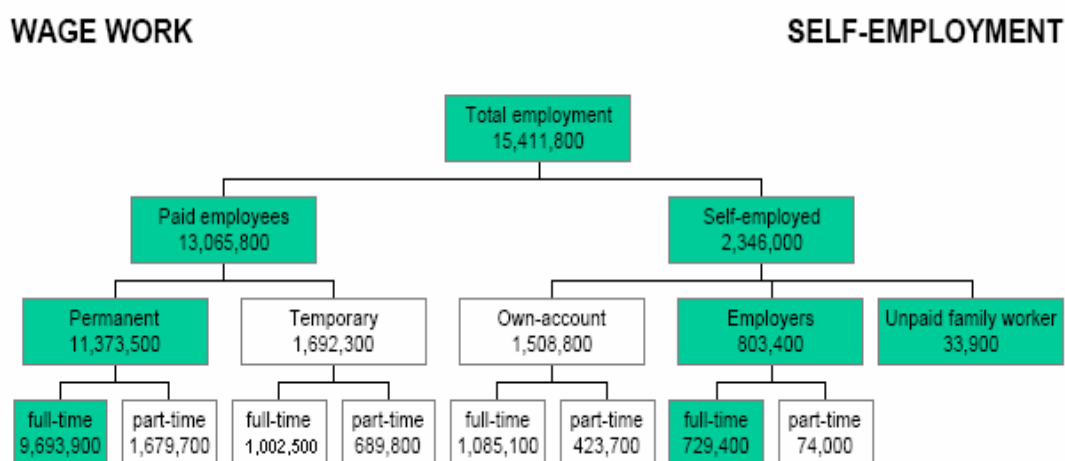
Para melhor explicar a metodologia utilizada por esses autores, utilizamos a Figura 1. Nela percebemos que o total de empregos está dividido entre *wage work* ou trabalhadores remunerados (84,8%) e *self-employment* ou auto-emprego (15,2%). Dentro do conjunto de trabalhadores remunerados, temos como emprego padrão 74,2% dos trabalhadores, isto é, são os trabalhadores *permanent full-time* ou permanentes em trabalho integral. Já dentro do conjunto de trabalhadores auto-empregados, apenas 31,1% estariam dentro do trabalho padrão, isto é, são os *employers full-time* ou empregadores em tempo integral. Sendo assim, dos 15 milhões de ocupados no Canadá, 67,6% destes seriam trabalhadores exercendo atividades em empregos padrões ou não precários.

7 Ver UNDP (1990).

Assim, os empregos não padrão ou precários seriam os trabalhadores remunerados *part-time* ou em tempo parcial e os trabalhadores *temporary full-time* e *part-time*, ou seja, todos os trabalhadores temporários em tempo integral, como também, os trabalhadores em tempo parcial. Já entre os trabalhadores auto-empregados, temos como emprego não padrão ou precários os trabalhadores *own account* ou conta- própria, isto é, *full-time* e *part-time*, e os empregadores *part-time*.

A forma de análise que se segue sobre esse método é acompanhar a evolução do número de empregos não padrão ou precários para poder identificar uma tendência de precarização no mercado de trabalho canadense. Parece ser essa a mesma metodologia utilizada por Vasapollo (2005) ao estudar a tendência de precarização do mercado de trabalho italiano por meio do acompanhamento do número de empregos nomeados pelo autor como trabalho atípico.

Figura 1 – Classificação das formas de trabalho mutuamente exclusivas – Canadá (2002)



Fonte: Cranford *et al*, 2003.

Este capítulo está dividido em três partes. Cada uma delas é dedicada a um autor, salientando-se como ele construiu seu índice de precarização e seus resultados.

2.1 João Saboia e seu Novo Índice para o Mercado de Trabalho Urbano no Brasil

João Saboia (2000) inicia seu texto sobre a construção de um índice para o mercado de trabalho brasileiro com os seguintes questionamentos:

Seria possível mensurar a evolução do mercado de trabalho quando existem estatísticas apontando tanto na direção de piora quanto de melhora? Seria possível criar um indicador sintético que apontasse claramente o sentido de sua evolução? (SABOIA, 2000, p.124)

Em seu artigo, o autor responde a essas questões, propondo um indicador para o mercado de trabalho brasileiro, construído a partir de dados da Pesquisa Mensal de Emprego – PME/IBGE e aplicado no período de 1991 a 1999 nas 6 (seis) regiões metropolitanas brasileiras⁸. Para isso, ele se inspira na metodologia do IDH, levando em consideração nove estatísticas do mercado de trabalho, separadas em três grupos — desemprego, ocupação/informalidade e rendimento⁹.

Cada grupo mencionado é composto por três estatísticas com características que procuram captar a complexidade dos mercados de trabalho metropolitanos. Cada estatística é ponderada segundo o seu grau de importância, resultando em três grupos de indicadores, os quais são utilizados na composição de um indicador-síntese. O índice varia entre zero e um, isto é, quanto mais próximo de um, melhor são as condições do mercado de trabalho.

O autor utiliza para as estatísticas, cujo crescimento significa melhoria, como, por exemplo, a estatística da renda média real, o seguinte cálculo:

$$I = (E - E_{min}) / (E_{max} - E_{min})$$

⁸ Na PME/IBGE a pesquisa é realizada nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

⁹ Em um artigo anterior, “Propostas de indicadores para o mercado de trabalho no Brasil: maior homogeneização com deterioração nas principais regiões metropolitanas”, texto para discussão nº 401, IE/UFRJ, Rio de Janeiro, agosto de 1997, Saboia construiu um índice, mas o mesmo somente permitia comparações relativas e não absolutas, isto é, seu crescimento ou queda não significava melhora ou piora das condições gerais do mercado de trabalho, fato que levou o autor a uma nova construção.

sendo **E** o valor da estatística escolhida, **E_{max}** seu valor máximo e **E_{min}** seu valor mínimo.

Já para as estatísticas, cujo crescimento significa piora, por exemplo, a estatística do desemprego, o índice é calculado invertendo as variáveis mínimas e máximas, ou seja:

$$I = (E - E_{\max}) / (E_{\min} - E_{\max})$$

A partir da PME/IBGE, as nove estatísticas foram selecionadas e classificadas em três grupos, sendo cada grupo composto por uma estatística básica e considerada a referência principal do grupo, e duas estatísticas complementares. Saboia (2000, p.125) fez a seguinte classificação:

a) Estatísticas de desemprego

- taxa de desemprego (7 dias);
- percentual de desempregados com 12 meses ou mais sem trabalho;
- percentual de chefes de família entre os desempregados.

b) Estatísticas de ocupação/informalidade

- percentual de ocupados com carteira assinada;
- percentual de ocupados na indústria (exceto construção civil);
- percentual de ocupados com 12 anos ou mais de estudo.

c) Estatísticas de rendimento

- renda média real;
- relação entre a renda dos ocupados com 12 anos ou mais de estudo e com até 4 anos de estudo;

- relação entre a renda dos empregados com carteira assinada e sem carteira assinada.

Saboia afirma que há certo grau de arbitrariedade na escolha das estatísticas a serem utilizadas na composição desse indicador. Entretanto, o objetivo foi o de incorporar as várias dimensões do mercado de trabalho brasileiro para captar sua complexidade. Segundo ele, as variáveis complementares incorporam elementos que podem melhorar a dimensão que se procura analisar. O mesmo autor, contudo, é firme na defesa das variáveis selecionadas. Segundo Saboia:

No caso do desemprego, a variável básica é a própria taxa de desemprego. Neste caso, poderia ser utilizada, alternativamente, a taxa baseada na procura de emprego de 7 ou 30 dias, fixando-se naquela que é mais divulgada. As variáveis complementares incorporam elementos que podem agravar mais ou menos o desemprego — seu tempo de duração e a presença de chefes de família desempregados. (SABOIA, 2000, p.126-127)

Já no caso do grupo ocupação/informalidade, o autor fez uso de outra linha de pensamento. Para ele, na falta de uma medida mais apropriada, é necessário usar como estatística básica o percentual de ocupados que possui carteira de trabalho assinada, situação que constitui a inserção típica (talvez cada vez mais atípica) da ocupação no setor formal.

Para variáveis complementares desse grupo, utilizou o percentual de ocupados na indústria, argumentando que o setor industrial é o gerador de empregos padrão ou típico, isto é, a indústria é o setor que caracteristicamente oferece as melhores condições de trabalho ao assalariado, onde a vasta maioria dos ocupados possui carteira assinada, fato também observado por Singer (2003). Como segunda variável complementar Saboia utilizou o percentual de ocupados com 12 anos ou mais de estudo como indicador de qualidade da mão-de-obra, isto é, quanto mais escolarizado o trabalhador, melhor será a sua inserção ocupacional.

Finalmente, o autor utiliza, no grupo rendimento, a renda média real como estatística principal e, como estatísticas complementares, variáveis que pudessem captar a desigualdade de renda existente entre os trabalhadores.

A partir das estatísticas selecionadas, foram calculados os respectivos indicadores utilizando-se as fórmulas citadas acima, de acordo com seu sentido de variação. Os nove indicadores foram, em seguida, transformados em três indicadores — indicador de desemprego, indicador de ocupação/informalidade e indicador de rendimento. No cálculo de cada indicador, calculou-se a média ponderada com peso dois para o indicador básico e peso um para cada indicador complementar. Por exemplo:

$$\text{ISD} = [(TD7 \times 2) + (PD12 \times 1) + (PCD \times 1)] / 4$$

Onde:

ISD = Indicador-síntese de desemprego;

TD7 = Taxa de desemprego de 7 dias;

PD12 = Percentual de desempregados com 12 meses ou mais sem trabalho;

PCD = Percentual de chefes entre os desempregados.

Finalmente, o indicador-síntese do mercado de trabalho foi obtido pela média aritmética dos três indicadores, como podemos ver logo a seguir.

$$\text{ISMT} = \text{ISD} + \text{ISOI} + \text{ISR} / 3$$

Onde:

ISMT = Indicador-síntese do mercado de trabalho;

ISD = Indicador-síntese de desemprego;

ISOI = Indicador-síntese de ocupação/informalidade;

ISR = Indicador-síntese de rendimento.

A Tabela 1 tem o objetivo de mostrar os resultados obtidos pelo trabalho de Saboia (2000). Como seu indicador sinaliza que mais próximo de 1 (um), melhor são as condições dos mercados de trabalho em análise, percebe-se que houve uma queda na qualidade nos mercados de trabalho nas seis regiões metropolitanas entre 1991 e 1999.

Tabela 1 – Indicador-Síntese do Mercado de Trabalho nas seis Regiões Metropolitanas

Ano	RMRJ	RMSP	RMPA	RMBH	RMRE	RMSA
1991	0,676	0,790	0,736	0,645	0,410	0,390
1992	0,575	0,686	0,631	0,570	0,252	0,318
1993	0,579	0,702	0,669	0,579	0,201	0,298
1994	0,584	0,727	0,682	0,535	0,228	0,225
1995	0,633	0,773	0,713	0,624	0,325	0,288
1996	0,640	0,707	0,649	0,605	0,345	0,309
1997	0,634	0,684	0,654	0,574	0,351	0,287
1998	0,559	0,599	0,582	0,505	0,244	0,225
1999	0,552	0,582	0,551	0,459	0,244	0,198

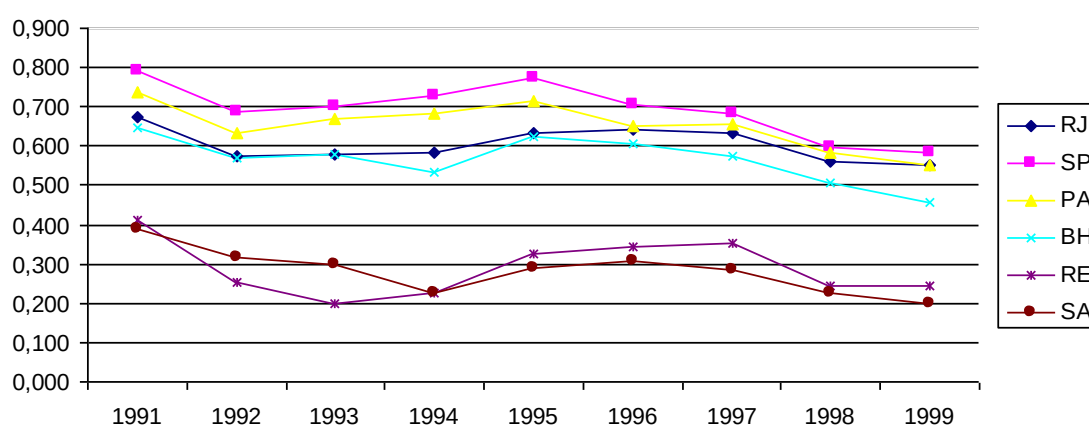
Fonte: Saboia, 2000.

O Gráfico 3 mostra as curvas do indicador-síntese de cada região metropolitana. Um fato interessante é que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro - RMRJ apresenta um mercado de trabalho com menor qualidade que a Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, que vem logo depois da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP. Em seguida destas, temos as regiões metropolitanas de Belo Horizonte - RMBH, Recife - RMRE e de Salvador - RMSA.

O autor conclui que a construção de um indicador-síntese de qualidade do mercado de trabalho urbano, a partir da metodologia de cálculo do IDH, é válida devido a mesma possuir aplicabilidade à leitura dos fenômenos do mercado de trabalho. Conforme Saboia (2000):

A principal qualidade do indicador-síntese do mercado de trabalho, conforme sugerido por sua denominação, é sua capacidade de expressar em um único número as mais variadas dimensões do mercado de trabalho. Por outro lado, o teste aqui aplicado mostrou sua capacidade diferenciadora, destacando as regiões onde eram esperados os melhores e os piores resultados. (SABOIA, 2000, p.134)

Gráfico 3 - Indicador – Síntese do Mercado de Trabalho nas seis Regiões Metropolitanas 1991/99



Fonte: Saboia, 2000.

Outro ponto importante é que o indicador-síntese de Saboia consegue demonstrar qual região possui um mercado de trabalho com melhores e piores condições. Também podemos ver isso no Gráfico 3, que mostra, no ano de 1991, a RMSP em primeiro lugar, seguida da RMRJ. Porém, em 1999, a RMSP é seguida pela RMPA, fato que permite concluir que essa região passa a ter um mercado de trabalho com melhores condições do que da RMRJ.

Portanto, os resultados do índice-síntese de cada região metropolitana apresentaram os resultados esperados, como também, demonstraram a situação do mercado de trabalho de cada região e sua tendência.

Esses resultados estão condizentes com o desempenho macroeconômico do período, isto é, o indicador-síntese apresenta piora até 1992/93 (período com queda do PIB e alta inflação), cresce entre 1994-95 (período pós-choque monetário com baixa inflação e crescimento da demanda) e apresenta nova piora até 1999 (período marcado por várias crises externas

com forte impacto na economia brasileira). Sendo assim, conclui-se que o índice proposto por Saboia apresentou resultados satisfatórios sobre o objeto pesquisado, captando as consequências, em matéria de mercado de trabalho, das variáveis que o afetam diretamente, como crescimento econômico e inflação.

2.2 José Freire e o Índice Mensal de Precariedade do Mercado de Trabalho Metropolitano

José Freire (2006), ao estudar a década de 1990, percebeu que havia um movimento de precarização do mercado de trabalho brasileiro ao identificar a existência de elevado desemprego, de aumento da informalidade e de baixa e instável capacidade de crescimento econômico. Em período recente, tendo em vista que vários estudos produzidos por órgãos oficiais do governo federal (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, entre outros) apontavam para uma crescente capacidade da economia brasileira em gerar ocupações, principalmente com carteira assinada, o autor passou a considerar que havia uma nova dinâmica macroeconômica e decidiu investigar se o mercado de trabalho das regiões metropolitanas brasileiras havia passado por uma inflexão, isto é, se o crescimento do nível de atividade era acompanhado por queda do desemprego e redução da informalidade.

Sua análise é referenciada à conjuntura econômica que se desenrola na década de 1990. Assim, Freire analisa a dinâmica do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas, por meio da construção de um indicador ou índice mensal, considerando o comportamento distinto desse mercado em diferentes períodos, isto é, nas fases pré e pós Plano Real, bem como no período que antecedeu e sucedeu a desvalorização cambial de 1999. Nas palavras do próprio autor:

Esse indicador buscará sintetizar a evolução do mercado de trabalho nessas regiões e dar conta de diferentes momentos vividos pelo mesmo, tentando também identificar o 'grau' de mudança verificado pós-1999. (FREIRE, 2006, p.20)

O centro da análise desse indicador é a evolução do nível de ocupação, do volume e da taxa de desemprego, e da formalidade e da informalidade do mercado de trabalho. O autor parte do pressuposto da existência de correlação positiva entre o crescimento do PIB e o aumento das ocupações.

O autor não está interessado em saber o desempenho de cada região metropolitana, tal como Saboia (2000). Sendo assim, faz uso do mercado de trabalho das seis regiões metropolitanas de forma agregada e concentra sua análise nas políticas macroeconômicas. O desempenho do mercado é captado pelo índice-síntese, construído com base nos dados da PME/IBGE, para o período janeiro de 1991 a dezembro de 2005. Segundo Freire (2006):

A construção de Índice Sintético de Precariedade do Mercado de Trabalho das Regiões Metropolitanas Brasileiras, entre 1991 e 2005, exige a compatibilização de problemas de duas naturezas: em primeiro lugar é preciso construir um indicador quer seja de fácil entendimento, mas que também dê conta das múltiplas – embora não de todas – as dimensões do mercado de trabalho. Em segundo lugar deve dar conta da mudança metodológica ocorrida na Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE a partir de 2002.” (FREIRE, 2006, p.20)

Como Saboia (2000), o índice proposto por Freire também possui três dimensões do mercado de trabalho. A primeira dimensão trabalhada por esse autor é a da população ocupada, que serve como medida de expansão do mercado de trabalho e de sua capacidade de absorver novos trabalhadores. Com isso ele pretendeu apreender o ritmo de geração de novas ocupações.

Já na segunda dimensão, temos a população desocupada. Nesse caso, o autor utilizou duas variáveis distintas: a população desempregada (massa de trabalhadores desempregados) e a taxa de desemprego. Diferentemente do primeiro indicador, no caso das variáveis população desempregada e taxa de desemprego, quanto maior o valor indicado, pior o posicionamento do índice.

Finalmente, na terceira e última dimensão, Freire adotou a formalização do mercado de trabalho, sendo a variável utilizada o percentual de pessoas ocupadas com carteira assinada frente ao total das pessoas ocupadas. Como seria de se esperar, esse indicador possui uma relação direta com o índice, isto é, quanto maior o valor da variável, melhor a situação do trabalhador no mercado de trabalho.

Dessa forma, temos a composição do índice-síntese, ou melhor, do índice mensal de precariedade elaborado por esse autor, cujo resultado final é uma média simples dos três sub-índices citados acima, ou seja, dos índices mensais de precariedade da população ocupada, de precariedade da população desocupada e de precariedade da formalização.

Para uma melhor compreensão e visualização desse índice mensal, temos as seguintes equações:

$$\text{IMP} = (\text{IMPPO} + \text{IMPPD} + \text{IMPF}) / 3$$

Sendo:

IMP = Índice Mensal de Precariedade;

IMPPO = Índice Mensal de Precariedade População Ocupada;

IMPPD = Índice Mensal de Precariedade População Desocupada;

IMPF = Índice Mensal de Precariedade da Formalização.

Utilizando o mesmo método do IDH, porém, com nomenclaturas diferentes, a construção de cada índice foi feita da seguinte forma:

$$\text{IMPPO} = [1 - ((\text{MaVm} - \text{VMc}) / (\text{MaVm} - \text{MnVm}))]$$

Sendo:

MaVm = Maior Valor Mensal da Série;

VMc = Valor do Indicador no Mês Corrente;

MnVm = Menor Valor Mensal da Série.

O autor utiliza aqui o numeral 1 (um) antes da fórmula tradicional para indicar que o índice deve melhorar quando o indicador sobe. Já na segunda dimensão, temos a equação:

$$\text{IMPPD} = (\text{IMPoD} + \text{IMTD}) / 2$$

O IMPPD é composto pelo Índice Mensal da População Desocupada (IMPoD) e pelo Índice Mensal da Taxa de Desemprego (IMTD) tal como segue:

$$\text{IMPoD} = ((\text{MaVm} - \text{VMc}) / (\text{MaVm} - \text{MnVm}))$$

$$\text{IMTD} = ((\text{MaVm} - \text{VMc}) / (\text{MaVm} - \text{MnVm}))$$

Já a aplicação do método de cálculo da última dimensão, sendo essa aquela que procura indicar a proporção de pessoas com carteira assinada no total de pessoas ocupadas, segue a seguinte aplicação:

$$\text{IMPF} = [1 - ((\text{MaVm} - \text{VMc}) / (\text{MaVm} - \text{MnVm}))]$$

Lembrando que em função das mesmas razões do indicador da população ocupada utilizamos o inverso da expressão tradicional.

Com base nas equações descritas, temos o índice final de precariedade que varia entre 0 (zero) e 1 (um), com zero representando uma situação precária e 1 (um) uma situação não precária, ou seja, quanto maior o índice, melhor será a situação do mercado de trabalho em análise.

Aqui é importante lembrar que o autor chama a atenção para a necessidade de se minimizar a volatilidade do Índice de Precariedade em sua

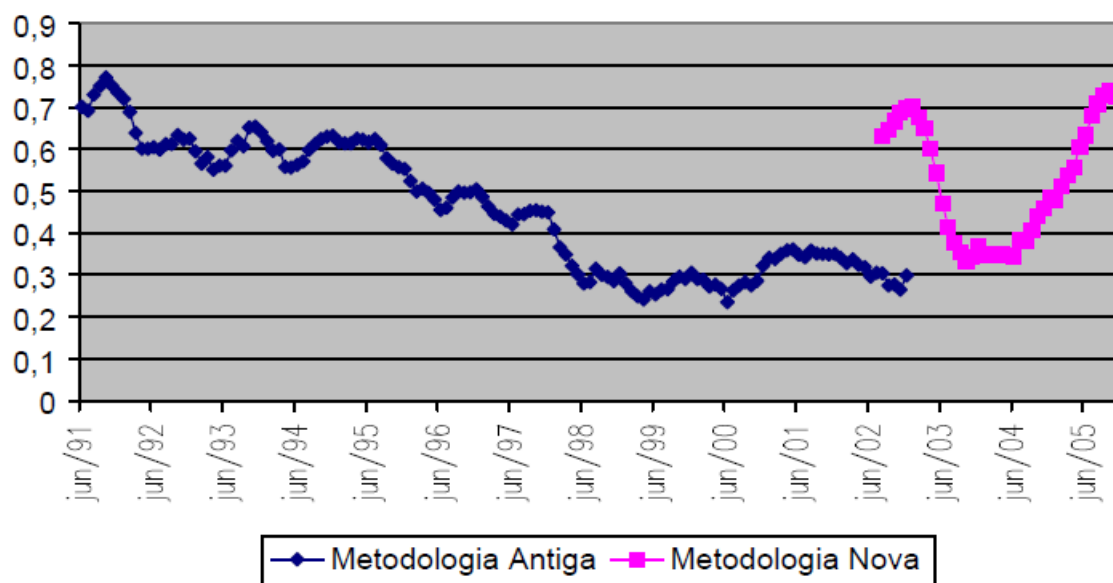
base mensal, o que é feito mediante a utilização de uma média móvel de seis meses.

O método da média móvel, também permitiu ao autor seguir analisando o mercado de trabalho das regiões metropolitanas pesquisadas pela base de dados da PME/IBGE. É que no ano de 2002, a PME passou por uma reformulação¹⁰, porém, nesse mesmo ano o IBGE utilizou a metodologia antiga e a metodologia nova, fato que permitiu ao autor compatibilizar as diferentes metodologias utilizadas na PME no decorrer do período. Caso essa compatibilização não fosse adequadamente realizada, a própria seriedade e validade do índice estariam comprometidas. Nas palavras do próprio autor:

Para a construção desse encadeamento aproveitamos o fato de que no decorrer do ano de 2002 a PME foi feita utilizando as duas metodologias. Para ajustar os dados da segunda metodologia aos parâmetros da primeira, nós calculamos primeiro o índice dos meses de 2002 com a metodologia antiga e com a nova. Depois nós dividimos cada índice mensal da metodologia velha pelo respectivo índice da metodologia nova e extraímos uma média do período. Essa média da razão entre o índice da metodologia antiga frente à nova metodologia no decorrer do ano de 2002, serviu para ajustar todos os dados da série nova. [...] Para fazer esse ajustamento nós multiplicamos cada índice mensal da nova metodologia pela média da razão entre o índice antigo e o novo. Essa razão, por sua vez, foi calculada no período em que as duas pesquisas estavam em campo simultaneamente” (FREIRE, 2006, p.22).

¹⁰ Para mais detalhes, ver IBGE e De Toni (2004).

Gráfico 4 - Média móvel (6 meses) do índice mensal de precariedade do mercado de trabalho metropolitano

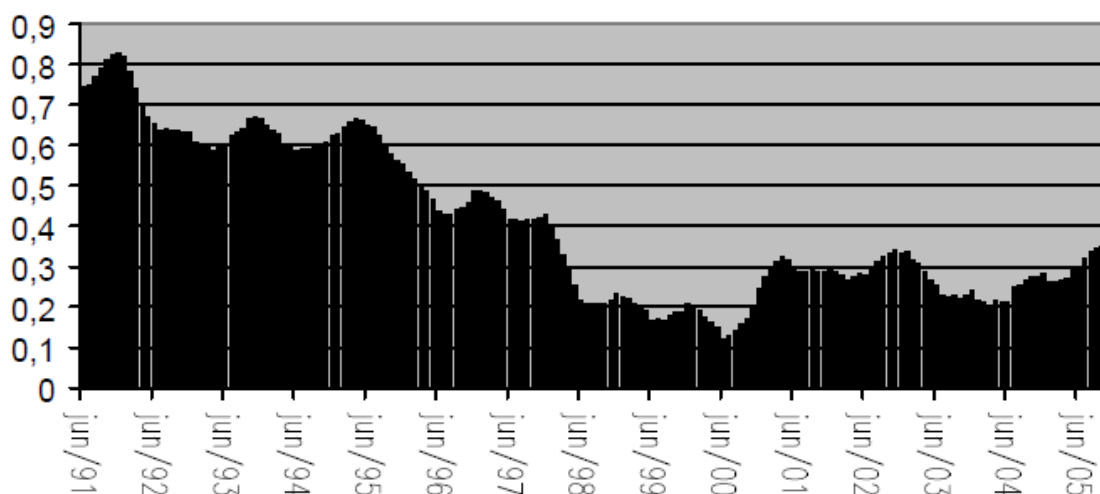


Fonte: Freire, 2006.

Como podemos ver nos Gráficos 4 e 5, o resultado da metodologia de Freire (2006), mesmo com a compatibilização das duas PME's, mostra que, no período 1991 – 1999, houve precarização. Essa foi definida pelo baixo crescimento das ocupações, pela regressão na geração de novas ocupações, pela elevação das taxas de desemprego e pela queda do trabalho com carteira assinada.

A partir do mês de junho de 2000, percebe-se uma inflexão, isto é, uma leve subida do índice mensal de precariedade, significando uma melhora do mercado de trabalho, ao se comparar os resultados com os encontrados para a década de 1990.

Gráfico 5 - Média móvel (6 meses) do índice mensal ajustado de precarização do mercado de trabalho metropolitano



Fonte: Freire, 2006

O que percebemos no trabalho de Freire (2006) é que ele buscou analisar a relação do crescimento econômico com o crescimento das ocupações. Para isso, o autor procurou identificar os ciclos de geração de ocupações no período analisado, identificando períodos de retração, estagnação e expansão do mercado de trabalho. Por exemplo, o autor identifica que foram “...aproximadamente 44 meses (24,58% do tempo total) sob ciclos de regressão na geração de postos de trabalho. 40 meses sob ciclos de estagnação (22,35% do tempo) e 95 (53,07% do tempo) meses sob ciclos de expansão das ocupações.” (FREIRE, 2006, p.10). Nas palavras do autor:

Além disso, a elasticidade ocupações-renda aumentou, ou seja, nesse novo momento para cada ponto percentual de crescimento do PIB o crescimento das ocupações foi maior do que na década de 90. Em complementação a esse cenário as ocupações com carteira assinada revertem sua trajetória de queda e passa a crescer o número de trabalhadores com registro do emprego. (FREIRE, 2006, p.12)

O autor finaliza seu texto alertando que, embora o ritmo de crescimento da economia tenha forte impacto na queda da precarização, ele não pode ser baixo e volátil.

Percebe-se que os resultados obtidos por Freire indicam a degradação do mercado de trabalho, tal como apontou Saboia (2000) em seu estudo. Mas cada um desses autores construiu índices a partir de diferentes variáveis.

2.3 Miriam De Toni e seu Índice de Precarização do Trabalho para a Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA

A terceira autora, Miriam De Toni (2004), em seu trabalho de doutoramento, também teve como ponto de partida da análise do mercado de trabalho brasileiro a década de 1990. Antes, contudo, analisou as discussões sobre as transformações recentes do capitalismo e do trabalho no mundo e no Brasil.

No caso do Brasil, a autora discutiu a centralidade do trabalho, a expansão da informalidade e as novas formas de inserção laboral (qualidade dos postos de trabalho, emprego atípico e terceirização) e destacou que o trabalho sofreu grandes transformações devido à reestruturação produtiva ocorrida nos anos 1990.

A autora destaca que o aprofundamento da reestruturação produtiva deu início a uma forte tendência de precarização do mercado de trabalho brasileiro, que foi marcado pelo (des)assalariamento da mão-de-obra, pela queda da proteção social, pelo aumento da rotatividade ou pela queda do tempo médio de permanência no trabalho, pela elevação da jornada e pela queda no rendimento do trabalho.

Essa forte tendência de precarização implicou uma nova forma de inserção no mercado de trabalho, caracterizado pelo emprego atípico ou por formas atípicas de trabalho. Essa nova forma de inserção é diferente daquela que conhecemos como emprego formal, trabalho decente, formas típicas do trabalho assalariado legalizado, que eram a marca do mercado de trabalho dos anos dourados nos países desenvolvidos e do trabalho estável dos então chamados países do Terceiro Mundo. Segundo a autora:

[...] o contrato de trabalho assalariado caracteriza-se pela compra e venda de força de trabalho em que o trabalhador executa um trabalho para um único empregador, em troca de um salário, em local definido pelo contratante, em regime de jornada de trabalho integral, por tempo indeterminado, incorporando uma série de direitos e benefícios sociais para o trabalhador e de obrigações para o empregador e para o Estado. Em sociedades como a brasileira, embora não se tenha chegado a tal nível de assalariamento da mão-de-obra,

esse tipo de contrato passou a ser o padrão de referência e a situação almejada, desejável, de contratação da força de trabalho. (DE TONI, 2004, p. 157)

De Toni construiu um índice de precarização do trabalho - IP com base nos dados da pesquisa de emprego e desemprego – PED, observando exclusivamente a região metropolitana de Porto Alegre - RMPA.

A autora, diferentemente de Saboia (2000) e Freire (2006), considerou que a base de dados da PED/SEADE consegue captar com maior precisão a complexidade do mercado de trabalho brasileiro, pois ela dá maior atenção às especificidades locais. Afirma, ainda, que a PME/IBGE possui uma grande influência dos conceitos sobre mercado de trabalho da Organização Internacional do Trabalho – OIT, isto é, conceitos que seguem as características do mercado de trabalho dos países desenvolvidos. Para uma melhor visualização das diferenças entre a PED e a PME antiga e a nova, a autora apresenta os Quadros 1 e 2 em sua tese.

Quadro 1 – Principais diferenças entre a PED e a PME antiga, quanto à situação do indivíduo

SITUAÇÃO DO INDIVÍDUO	CLASSIFICAÇÃO PED	CLASSIFICAÇÃO PME ANTIGA
Não trabalhou e procurou trabalho na semana.	Desemprego Aberto	Desemprego Aberto
Sem trabalho e procura na semana, mas com procura de trabalho nos últimos trinta dias.	Desemprego Aberto	Inativo
Sem trabalho na semana e sem procura nos últimos trinta dias, mas com procura nos últimos doze meses.	Desemprego Oculto pelo Desalento	Inativo
Com procura de trabalho combinada à realização de trabalho irregular nos últimos trinta dias.	Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	Ocupado, se trabalhou na semana, ou inativo, se não trabalhou na semana
Sem procura de trabalho nos últimos trinta dias, com procura nos últimos doze meses e realização simultânea de trabalho irregular, inclusive nos últimos trinta dias.	Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	Ocupado, se trabalhou na semana, ou inativo, se não trabalhou na semana
Com trabalho exercido em caráter excepcional nos últimos trinta dias e sem procura de trabalho.	Inativo com Trabalho Excepcional	Ocupado, se trabalhou na semana, ou inativo, se não trabalhou na semana
Com trabalho não-remunerado de ajuda a negócios de parentes na semana e sem procura de trabalho.	Ocupado	Ocupado, se trabalhou quinze horas ou mais na semana, e inativo, se a jornada foi inferior
Com trabalho não-remunerado em organizações beneficentes na semana e sem procura de trabalho.	Inativo	Ocupado
Não trabalhou na semana porque está "encostado na caixa" há mais de quinze dias.	Inativo	Ocupado

Fonte: Fundação SEADE/DIEESE, 1996. *Apud* De Toni, 2004.

Quadro 2 – Principais diferenças entre a PED e a PME antiga, quanto aos indicadores

INDICADORES		METODOLOGIA PME		METODOLOGIA PED
		Antiga	Atual	
Idade mínima para inclusão na PEA		15 anos e mais	10 anos e mais	10 anos e mais
Ocupados		- Exercício de qualquer trabalho, na semana, sem critério de horas	- Exercício de trabalho por pelo menos uma hora, na semana - Em licença saúde (INSS) - Funcionário público em licença, sem vencimentos - Conta-própria exclusivamente com procura de clientes.	- Exercício de trabalho remunerado, de forma regular ou irregular (neste caso sem procura de trabalho), na semana de referência; - Exercício de trabalho não-remunerado, em ajuda nos negócios de parentes
Desemprego	Aberto	Procura efetiva em 7 dias	- Procura efetiva em 30 dias - Disponibilidade para assumir trabalho nas próximas duas semanas - Procura não descontinuada por período maior que duas semanas consecutivas	Procura efetiva em 30 dias
	Oculto pelo desalento	Não pesquisado (inativos)	Pesquisado, mas não somado à taxa de desemprego (inativos)	Pesquisado e incluído na taxa de desemprego total
	Oculto pelo trabalho precário	Não pesquisado (ocupados)	Não pesquisado (ocupados)	Pesquisado e incluído à taxa de desemprego total
Período de referência para a procura de trabalho		7 dias	30 dias	30 dias
Número de perguntas no questionário		28	68	63

Fonte: De Toni, 2004

Para construir o IP, a autora leva em consideração as mudanças na economia, entretanto, seu principal objetivo é explicar as transformações e as tendências do mercado de trabalho, buscando enfrentar a complexidade do tema. Conforme De Toni (2004):

O interesse e a necessidade de apreender, com maior clareza, o sentido da evolução dos principais indicadores do mercado de trabalho, tomados em conjunto, suscitou a construção de um índice – aqui denominado Índice de Precarização –, tendo em vista ser esse um instrumento estatístico valioso para indicar, de modo sintético, o sentido do processo em curso. Essa propriedade torna-se particularmente importante quando se tem presente que os impactos sobre o mercado de trabalho brasileiro, associados à reestruturação produtiva e do trabalho em período recente, tem evidenciado resultados distintos e por vezes opostos, gerando debate e interpretações muitas vezes conflitantes. (DE TONI, 2004, p.205)

Em sua pesquisa, a autora adota a questão da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho como uma das principais características que podem revelar as faces da precariedade. Sendo assim, com base na PED-RMPA, ela definiu três formas de inserção, conforme podemos ver no Quadro 3.

Quadro 3 – Formas de Inserção da População Economicamente Ativa no Mercado de Trabalho

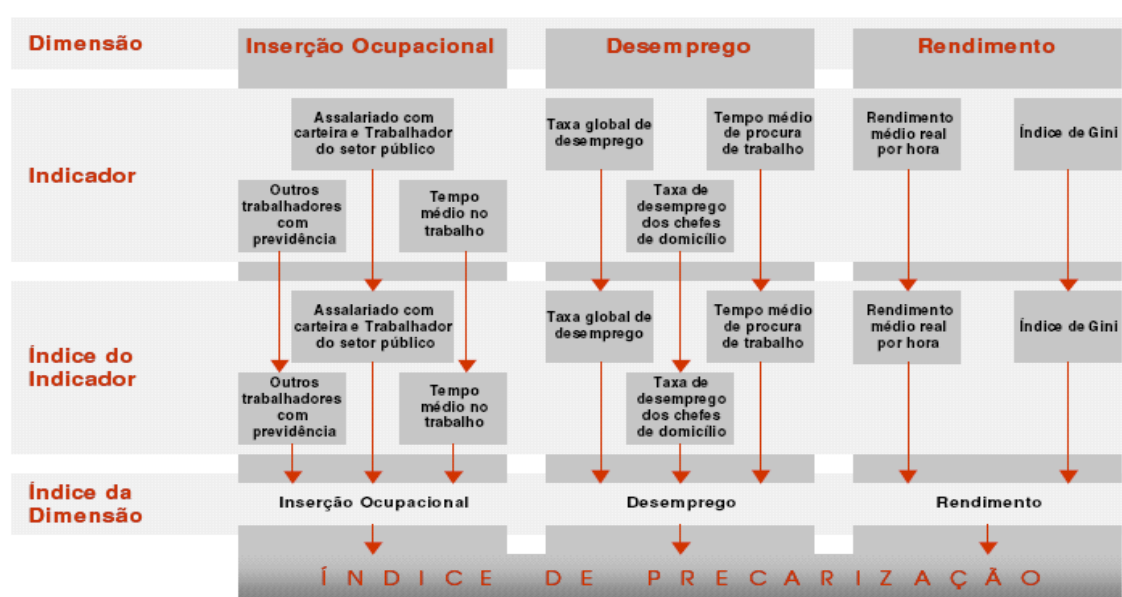
Formas associadas ao assalariamento padrão e setor formalizado
Assalariado setor privado, c/carteira, contratação direta, em empresa (mais de 5 empregados)
Assalariado setor privado, c/carteira, contratação direta, que não sabe o tamanho da empresa
Assalariado setor público
Empregador com mais de cinco empregados
Formas associadas à terceirização/flexibilização
Assalariado setor privado, sem carteira, contratação indireta
Assalariado setor privado, c/carteira, contratação indireta
Autônomo p/uma empresa (mais de 5 empregados)
Autônomo p/uma empresa que não sabe o tamanho da empresa
Profissional universitário autônomo
Assalariado setor privado, sem carteira, contratação direta, em empresa (mais de 5 empregados)
Assalariado setor privado, sem carteira, contratação direta, que não sabe o tamanho da empresa
Formas associadas ao setor informal
Assalariado setor privado, sem carteira, contratação direta, em empresa (até 5 empregados)
Assalariado setor privado, com carteira, contratação direta, em empresa (até 5 empregados)
Autônomo p/uma empresa (até 5 empregados)
Autônomo p/empresas ou público, com equipamento automotivo
Autônomo p/empresas ou público, sem instalação fixa ou equipamento
Autônomo p/empresas ou público, na própria residência
Autônomo p/empresas ou público, que trabalha fora da residência (prédio, sala, barraca ou banca)
Dono de negócio familiar
Trabalhador familiar sem remuneração
Empregado doméstico
Empregador com até cinco empregados
Desemprego
Desemprego aberto
Desemprego oculto pelo trabalho precário
Desemprego oculto pelo desalento

Fonte: De Toni, 2004.

Após essas definições, a autora elegeu determinadas dimensões associadas com essas formas de inserção laboral que pudessem apreender melhor as situações de precariedade, julgando relevantes para isso, as dimensões da proteção social pública, jornada de trabalho, tempo de permanência no trabalho e rendimento do trabalho. De Toni (2004) considera a proteção institucional como elemento central para o trabalho protegido, isto é, a forma de contratação que segue a Consolidação das Leis Trabalhista – CLT, instituída no Brasil em 1943, na qual a arrecadação das contribuições previdenciárias é de responsabilidade dos empregadores.

Com objetivo de mensurar as condições de inserção no mercado de trabalho, a autora vai além dos indicadores econômicos tradicionais (nível de ocupação, taxa de desemprego e rendimentos) e agrega em seu índice o tipo de contrato de trabalho, grau de proteção social, estabilidade no trabalho, jornada de trabalho, duração do desemprego e desigualdade na distribuição da renda, como podemos ver na Figura 2.

Figura 2 - Diagrama do Índice de Precarização



Fonte: De Toni, 2004.

Pela leitura da Figura, podemos ver que na metodologia dessa autora são definidas também três dimensões: (a) condições de inserção ocupacional; (b) desemprego e (c) rendimentos do trabalho. A primeira e a segunda dimensões são compostas por três indicadores ou variáveis, e a terceira dimensão por apenas dois indicadores ou variáveis. Portanto, se tem três dimensões e oito indicadores básicos para avaliar as condições de inserção da PEA e não o grau de qualidade do mercado de trabalho, como fez Saboia (2000), ao utilizar atributos pessoais, tais como o grau de escolaridade dos trabalhadores.

Uma observação a fazer da terceira dimensão – rendimento – é que a autora utiliza o índice de Gini como um indicador de desigualdade da renda. Esse indicador ou variável não pertence à base de dados da PED e não agrega somente a renda de trabalho, mas todas as rendas.

Na segunda parte do método estatístico trabalhado por De Toni, temos os índices do indicador, isto é, são as variáveis ou indicadores já transformados em índices pelo método do IDH, sendo o próximo passo a sua somatória, conforme critério adotado pela autora, e sua transformação em um índice de cada dimensão.

É importante lembrar que foram atribuídos pesos a cada dimensão/indicador, considerando sua importância e abrangência no contexto do estudo. Isso resultou no indicador-síntese do mercado de trabalho, o IP, cujos valores variam entre zero e um, de tal modo que seu crescimento significa melhora das condições do mercado de trabalho e, contrariamente, sua queda revela a deterioração dessas condições¹¹.

Vimos em Saboia (2000) que a questão das variáveis e dos pesos atribuídos é arbitrariamente definida por cada autor conforme sua importância dentro do objeto de pesquisa em questão. Em De Toni (2004) isso não é diferente.

Em uma primeira simulação procurou-se um certo equilíbrio na distribuição dos pesos: na dimensão inserção ocupacional os pesos dos 3 indicadores foram equivalentes (0,333 cada); na dimensão desemprego foi atribuído peso 0,5 para a taxa de desemprego e 0,25 para cada um dos dois outros indicadores, dimensão rendimento os pesos foram 0,667 para o indicador de renda média por hora e 0,333 para o índice de Gini. (DE TONI, 2004, p.214)

Voltando à Figura 2, no que se refere à primeira dimensão, percebemos que a autora privilegiou os indicadores de proteção social relacionada ao trabalho. Dentre eles podemos diferenciar os assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada e os trabalhadores do setor público (com carteira assinada ou estatutários), todos eles considerados pela autora como

¹¹ Em um artigo escrito no ano de 2007, De Toni corrige a direção do seu índice de precarização, isto é, quanto mais próximo de 1 (um), maior será a precarização.

padrão dentro do sistema capitalista de produção. Ademais, De Toni incluiu os trabalhadores que contribuem declaradamente com a previdência social, por estes possuírem amparo legal. De forma complementar, ela utilizou o tempo médio de permanência no trabalho como um bom indicador da rotatividade da mão de obra.

Ainda na Figura 2, percebe-se que a dimensão que contempla o desemprego inclui os três tipos de desemprego medidos pela PED, a saber, o aberto, o oculto por trabalho precário e o oculto por desalento. A autora justifica o uso dessas três medidas ao afirmar que cada uma delas busca abarcar características e mecanismos institucionais típicos do mercado de trabalho brasileiro. Nas palavras de De Toni:

A segunda dimensão contempla o desemprego, considerando-se como variável básica a taxa de desemprego total, que inclui os três tipos de desemprego considerados pela PED – aberto, oculto pelo trabalho precário e oculto pelo desalento. [...] essas formas de desemprego procuram abarcar as características do desemprego em mercados de trabalho como o brasileiro, em que os mecanismos institucionais de proteção ao desempregado contemplam parcela restrita da força de trabalho nessa condição e têm duração limitada e insuficiente, especialmente ao se ter presente que o tempo médio despendido na procura por trabalho elevou-se para cerca de um ano a partir do final da década de 90, nas regiões metropolitanas pesquisadas pela PED. (DE TONI, 2004, p. 209)

Com relação à dimensão desemprego, a autora acrescentou as variáveis tempo médio despendido na procura por trabalho e a taxa de desemprego entre os chefes de domicílio, os quais permitem pormenorizar e qualificar a condição do desemprego e seus impactos sobre as famílias, e por consequência, sobre a população.

Por fim, a terceira dimensão que compõe o índice proposto pela autora considera o rendimento médio mensal, baseado principalmente no rendimento médio real por hora trabalhada, devido a grande disseminação desse indicador e sua clara vantagem de contornar possíveis diferenciais de rendimento médio advindos das diferentes jornadas horárias de trabalho.

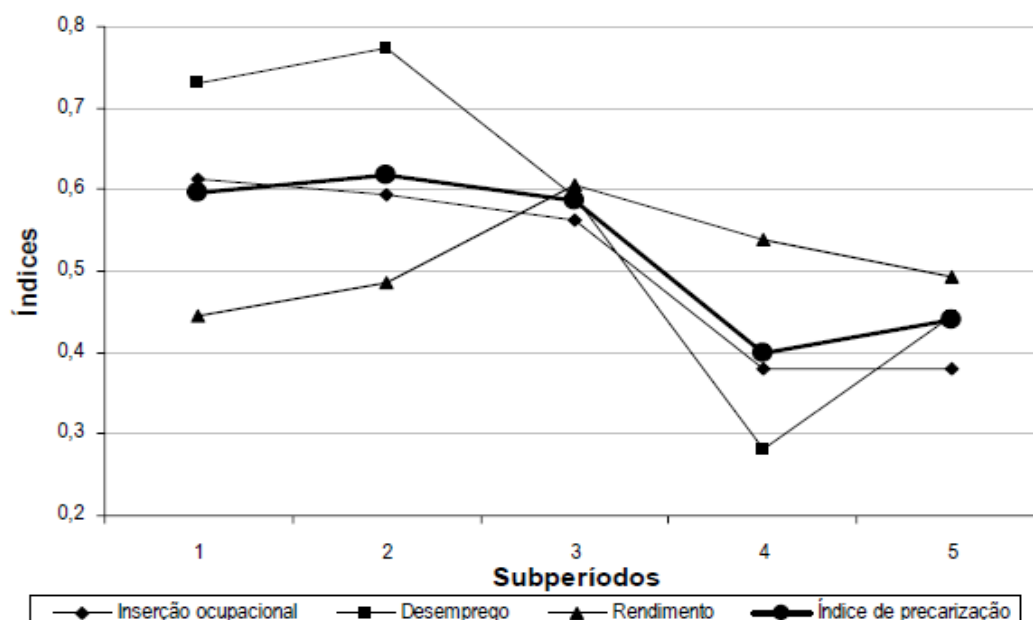
O resultados do trabalho de De Toni (2004) estão divididos em 5 períodos, são eles: 1 (jul./92 – jun./94), 2 (jul./94 – jun./96), 3 (jul./96 – jun./98), 4 (jul./98 – jun./00) e 5 (jul./00 – jun./02). Dado o método utilizado pela autora, de que quanto maior o índice-síntese (IP), melhor é a situação do mercado de trabalho da RMPA, podemos ver no Quadro 4 e no Gráfico 6 que houve um aumento da precarização no período de julho de 1992 a junho de 2002.

Quadro 4 - Índices parciais e índice de precarização total, na RMPA subperíodos 1 (jul./92 – jun./94), 2 (jul./94 – jun./96), 3 (jul./96 – jun./98), 4 (jul./98 – jun./00) e 5 (jul./00 – jun./02)

INDICADORES	1	2	3	4	5
	Total				
Percentual de assalariados do setor privado, com carteira e trabalhadores do setor público	0,76	0,63	0,54	0,29	0,31
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para previdência	0,63	0,45	0,65	0,40	0,24
Tempo médio de permanência no trabalho atual (em meses)	0,39	0,61	0,56	0,50	0,56
Taxa global de desemprego	0,69	0,77	0,62	0,31	0,50
Tempo médio de procura de trabalho (em meses)	0,75	0,75	0,50	0,13	0,25
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio	0,80	0,84	0,69	0,50	0,66
Rendimento médio real por hora trabalhada	0,40	0,46	0,63	0,53	0,47
Índice de Gini	0,53	0,54	0,56	0,55	0,54
DIMENSÕES					
Condição de inserção ocupacional	0,61	0,59	0,56	0,38	0,38
Desemprego	0,73	0,77	0,59	0,28	0,45
Rendimento	0,45	0,49	0,61	0,54	0,49
ÍNDICE DE PRECARIZAÇÃO	0,60	0,62	0,59	0,40	0,44

Fonte: De Toni, 2004.

Gráfico 6 - Índices parciais e índice de precarização total, na RMPA subperíodos 1 (jul./92 – jun./94), 2 (jul./94 – jun./96), 3 (jul./96 – jun./98), 4 (jul./98 – jun./00) e 5 (jul./00 – jun./02)



Fonte: De Toni, 2004.

O segundo subperíodo refere-se ao intervalo entre jul./94 – jun./96, isto é, o período da implantação do Plano de Estabilização – Plano Real – de 1994. Nesse período, a estabilidade de preços proporcionou resultados positivos no mercado de trabalho, ou seja, nesse curto espaço de tempo, o índice geral elevou-se para 0,62, sugerindo uma pequena melhora nas condições de inserção no mercado de trabalho metropolitano de Porto alegre.

Já no terceiro e quarto subperíodos, há uma tendência da deterioração das condições de inserção no mercado de trabalho expressa na persistente queda do IP total: passa de 0,62 e para 0,59 no período 3 (jul./96 – jun./98); depois para 0,40 no período 4 (jul./98 – jun./00).

Entre esses intervalos de tempo, o ambiente econômico foi bastante desfavorável ao mercado de trabalho da RMPA, dada a desaceleração econômica ocorrida até 1999. Além das pressões advindas da abertura comercial e da manutenção da sobrevalorização cambial como um dos

elementos estratégicos do Plano Real, houve o incremento das privatizações, e aprofundou-se a reestruturação produtiva no âmbito do setor privado.

Já no período 5 (jul./00 – jun./02), há uma leve melhora, apesar de ser bem inferior ao nível inicial, isto é, ao período 1. Esse período compreende o fim da série, abrangendo o intervalo entre 2000 e 2002, período pós-desvalorização cambial e da adoção do tripé câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário.

Dadas às características produtivas da RMPA, essa mudança na política macroeconômica foi favorável ao mercado de trabalho local, resultando na tendência de elevação do IP total e indicando que as condições de inserção no mercado de trabalho voltaram a ser mais favoráveis. Contudo, as oscilações registradas nos vários indicadores, principalmente do PIB, impediam a afirmação de que essa tendência iria ser mantida, fato também observado por Freire (2006).

CAPÍTULO 3 - UMA PROPOSTA DE ÍNDICE DE PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO PARA A REGIÃO METROPOLINA DE SÃO PAULO - RMSP: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 1995 A 2009

Nosso objetivo nesse capítulo é construir e propor um índice para avaliar a tendência de precarização do mercado de trabalho na RMSP, com base nos autores discutidos no capítulo dois, como Saboia (2000), Freire (2006) e De Toni (2004).

Entretanto, antes fazemos uma análise do mercado de trabalho da RMSP, para anos selecionados entre 1995 e 2009. Também apresentamos os principais conceitos da base de dados que utilizaremos (PED/DIEESE/SEADE), pois acreditamos que isso possibilita uma melhor reflexão para a construção do índice que nos propomos a construir.

3.1 O Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP: Uma Análise a partir dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

Para que possamos propor um índice de tendência de precarização para a Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, antes se faz necessária uma análise dos dados do mercado de trabalho dessa região como forma de entendermos melhor as características locais, seus movimentos e possíveis evidências da precarização do trabalho local. Sendo assim, analisamos a dinâmica do mercado de trabalho metropolitano de São Paulo e posteriormente nos debruçamos sobre a construção do índice de tendência da precarização e dos seus resultados.

Sobre a RMSP, podemos afirmar que essa região está localizada dentro de um dos estados mais dinâmicos do Brasil, isto é, do estado de São Paulo, e comporta uma das maiores cidades brasileiras e da América Latina que é o município de São Paulo.

Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE do ano 2007, o PIB paulista representava 33,9% do PIB nacional, o PIB

da RMSP representava 56,4% do paulista, e o PIB paulistano representava 62,8% do metropolitano e 12% do nacional.

Dos 645 municípios que constituem o Estado de São Paulo, 39 formam a RMSP. São eles: Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

A base de dados que utilizamos para fazer essa análise da RMSP é a da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED que é realizada desde outubro de 1984 sem qualquer interrupção pela Fundação Sistema Estadual e Análise de Dados – SEADE da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento – SEP e pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicos – DIESSE, sendo essa a mesma base de dados utilizados por De Toni (2004) para a RMPA.

A PED é uma pesquisa amostral com no mínimo 9.000 domicílios, porém com levantamento mensal de 3.000 unidades domiciliares. Por isso seu resultado é uma média amostral móvel, que é obtida a partir de 170 setores censitários com 18 domicílios pesquisados, em média, em cada setor.

Conforme a Fundação SEADE/DIEESE (2001), temos entre os principais conceitos utilizados pela PED: A **População em Idade Ativa – PIA** como variável correspondente à população com dez anos e mais. A **População Economicamente Ativa – PEA**, sendo essa variável correspondente à população que está ocupada ou desempregada. Para um melhor entendimento dos conceitos trabalhados pela PED, temos o Quadro 5.

Quadro 5 – Conceitos das variáveis que compõe a População Economicamente Ativa na PED.

- Ocupados são os indivíduos que, nos sete dias anteriores ao da entrevista, possuem trabalho remunerado exercido regularmente, com ou sem procura de trabalho; ou que, neste período, possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não tenham procurado trabalho diferente do atual; ou possuem trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho. Excluem-se as pessoas que nos últimos sete dias realizaram algum trabalho de forma excepcional. - Desempregados são indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Essas pessoas são desagregadas em três tipos de desemprego: a) desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias; b) desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam trabalhos precários – algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação – ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás; c) desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.
--

Fonte: Fundação Seade/DIEESE – Pesquisa de Emprego e desemprego – PED – Apresentação da base de dados, novembro/2001.

Um olhar sobre a base de dados dos anos selecionados no período de 1995-2009 da Tabela 2, nos permite observar que, em 2009, a população da RMSP foi de 19 milhões de habitantes, 21,3% superior à população de 1995.

A PIA e PEA de 2009 eram de 16 milhões e 10 milhões de pessoas, respectivamente. Comparadas a 1995, apresentaram um crescimento de 25% e 29,3%. Já o número de ocupados cresceu 28,4%, sendo ultrapassado pelo número de desempregados que cresceu 35,3%.

Tabela 2 - Estimativas da População Total, População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa e Inativos Região Metropolitana de São Paulo 1995-09

Em 1.000 pessoas

População	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009
TOTAL	16.417	16.967	17.563	18.084	18.561	19.059	19.481	19.918
População em Idade Ativa	13.291	13.845	14.445	14.937	15.344	15.775	16.191	16.625
População Economicamente Ativa	8.121	8.542	8.985	9.395	9.759	10.017	10.168	10.507
Ocupados	7.049	7.175	7.251	7.741	7.817	8.324	8.663	9.057
Indústria	1.741	1.507	1.421	1.540	1.501	1.623	1.637	1.621
Comércio	1.198	1.220	1.167	1.254	1.266	1.340	1.403	1.422
Serviços	3.355	3.609	3.821	4.049	4.104	4.420	4.669	4.963
Outros (1)	755	839	842	898	946	941	954	1.051
Desempregados	1.072	1.367	1.734	1.654	1.942	1.693	1.505	1.450
Aberto	731	880	1.087	1.062	1.249	1.052	1.027	1.040
Oculto	341	487	647	592	693	641	478	410
Pelo Trabalho Precário	268	359	458	432	488	491	356	305
Pelo Desalento	73	128	189	160	205	150	122	105
Inativos	5.170	5.303	5.460	5.542	5.585	5.758	6.023	6.118

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

(1) Englobam: Construção Civil, Serviços Domésticos, etc.

Outro conceito importante na PED é a **taxa de participação** que indica a proporção da PIA no mercado de trabalho na situação de ocupados ou desempregados. A taxa de participação trata de um segmento populacional, por exemplo, homens, mulheres, chefes de família, entre outras características, como proporção da PIA.

Vê-se que, entre 1995 e 2009, caiu a participação dos homens e aumentou a das mulheres, havendo uma queda também da participação dos chefes de família e um aumento, até o ano de 2005, da participação dos filhos no mercado de trabalho. Já entre as faixas etárias, percebemos que os trabalhadores com idade entre 10 e 14 anos apresentaram uma queda e os na faixa etária entre 50 a 59 anos de idade apresentaram uma maior participação. Podemos supor que essa maior participação dos filhos e da última faixa etária citada acima expresse movimentos com o objetivo de complementar a renda familiar (Tabela 3).

Sobre os dados de escolaridade, percebe-se que houve uma queda da participação os trabalhadores com baixa escolaridade, principalmente dos

analfabetos, e uma elevação da participação dos trabalhadores com ensino médio completo e superior incompleto. Já no “quesito” etnia percebe-se que houve uma estabilidade da participação dos trabalhadores negros e uma elevação dos não negros.

Tabela 3 - Taxas de Participação, segundo Atributos Pessoais Região Metropolitana de São Paulo 1995-09

Em porcentagem

Atributos Pessoais	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009
TOTAL	61,1	61,7	62,2	62,9	63,6	63,5	62,8	63,2
Sexo								
Homens	74,5	73,9	73,4	72,9	73,0	72,4	71,4	71,5
Mulheres	48,8	50,5	52,0	53,8	55,1	55,5	55,1	55,9
Posição no Domicílio								
Chefe	79,3	79,4	78,2	77,1	77,3	75,4	74,4	75,0
Demais	52,1	52,9	53,9	55,3	56,2	56,8	56,2	56,5
Cônjuge	46,6	48,9	51,6	53,5	55,9	56,5	57,6	59,4
Filho	52,9	53,0	53,6	55,4	55,8	57,0	55,2	54,3
Outros	62,6	61,5	60,6	59,8	58,7	57,2	56,4	56,4
Faixa Etária								
10 a 14 Anos	10,9	9,7	7,1	7,2	6,1	5,4	3,9	2,7
15 a 17 Anos	55,4	51,1	47,6	47,2	42,7	43,8	39,1	37,7
18 a 24 Anos	78,5	78,4	79,5	81,3	81,7	83,0	83,3	83,3
25 a 39 Anos	79,9	81,2	82,6	83,3	84,6	84,5	84,8	86,1
40 a 49 Anos	75,7	75,3	76,6	77,2	78,5	78,2	78,2	79,9
50 a 59 Anos	56,6	58,8	58,4	58,6	61,6	60,3	60,3	63,3
60 Anos e Mais	21,0	22,3	22,1	22,2	21,9	21,1	21,0	21,1
Nível de Instrução								
Analfabeto	44,2	42,6	41,7	40,4	39,7	34,8	30,4	31,3
Fundamental Incompleto	51,3	51,5	49,8	49,9	48,6	46,2	43,2	42,6
Fundamental Completo + Médio	69,7	69,5	69,3	68,7	67,0	65,6	64,3	63,5
Médio Completo + Superior Incompleto	78,6	78,3	80,1	81,7	82,5	82,0	81,9	82,2
Superior Completo	86,7	87,0	86,1	86,3	86,8	86,6	86,2	86,6
Raça/Cor								
Negros	63,7	63,1	64,1	64,5	64,8	64,5	63,2	63,8
Não-Negros	59,8	61,0	61,3	62,0	62,9	62,9	62,5	63,0

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Antes de analisarmos a ocupação, mais alguns conceitos são importantes para entendermos a complexidade do mercado de trabalho brasileiro. Sobre a posição na ocupação, encontramos três posições fundamentais, os trabalhadores empregados, os trabalhadores por conta-

própria e os empregadores. Novamente utilizamos conceitos elaborados pela fundação Seade/DIEESE (Quadro 6).

Quadro 6 – Conceitos das principais variáveis que compõe a posição na ocupação na PED

- **Empregado:** é o trabalhador que tem vínculo empregatício caracterizado pela legislação vigente, com ou sem carteira de trabalho assinada, como aquele cujo vínculo com o empregador não é formalizado, seja porque recebe remuneração em espécie/benefício, seja porque o vínculo se traduz em um contrato de autônomo que implica compromisso de entrega do trabalho, em prazo determinado (produção de serviços, peças, tarefas). Aqui temos os dois principais tipos de empregado:

a) Empregado assalariado: é o indivíduo que tem vínculo empregatício caracterizado pela legislação trabalhista vigente, com ou sem carteira de trabalho assinada. Sua jornada de trabalho é prefixada pelo empregador e sua remuneração normalmente é fixa – sob a forma de salário, ordenado ou soldo que pode incluir adicionais de tempo de serviço, cargos de chefia, por insalubridade, periculosidade. Em alguns casos, essa remuneração pode ser composta de duas partes: uma fixa, prevista no contrato de trabalho, e outra variável, sob a forma de comissão que pode ser paga pelo empregador, cliente ou por ambos. Esta categoria inclui, também, o militar de carreira e o professor cujo salário é calculado por hora/aula, mas que tem um número predeterminado de aulas fixado pela escola;

b) Empregado doméstico: é o indivíduo que trabalha em casa de família contratado para realizar serviços domésticos. Tanto pode ser mensalista, diarista ou receber só em espécie/benefícios. O primeiro caso refere-se ao empregado que recebe salário mensal; o segundo, à pessoa que trabalha em casa de uma ou mais famílias recebendo remuneração por dia; o último, agrega o indivíduo que realiza trabalhos domésticos em casa de uma família tendo como pagamento por seus serviços apenas alimentação, alojamento, vestimenta ou outro tipo de remuneração em espécie ou benefício.

- **Conta-própria ou autônomo:** pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício e que presta seus serviços diretamente ao consumidor ou para determinada(s) empresa(s) ou pessoa(s). O indivíduo nesta situação tem autonomia para organizar seu próprio trabalho (horário, forma de trabalhar, ter sócio(s) ou ajudante em períodos de maior volume de trabalho, etc.);

-**Empregador:** é identificado como a pessoa que é proprietária de um negócio e/ou empresa, ou que exerce uma profissão ou ofício e tem, normalmente, pelo menos um empregado remunerado permanente. O profissional universitário e o dono de negócio familiar que tem três ou mais empregados remunerados permanentes são também considerados como empregadores. Não é incluído nessa categoria o indivíduo que só tem empregado doméstico, empregado não-remunerado ou, eventualmente, empregado remunerado contratado em períodos de maior trabalho.

Fonte: Fundação Seade/DIEESE – Pesquisa de Emprego e desemprego – PED – Apresentação da base de Dados, novembro/2001.

Os dados do mercado de trabalho da RMSP revelam que houve uma elevação da participação dos trabalhadores assalariados no total de ocupados de 65,1%, em 1995, para 67,8%, em 2009. Percebe-se que, nos anos de 1997 e 1999, esse valor chegou a ser em média 61,5%.

Ainda dentro dos assalariados do setor privado, a Tabela 4 mostra que houve uma elevação dos trabalhadores subcontratados ou terceirizados dado que na PED, o conceito de subcontratação de mão-de-obra refere-se aos trabalhadores cujo local de trabalho é diferente daquele com a qual o empregado assalariado tem vínculo, ou melhor, o empregado subcontratado é identificado pela realização de seu trabalho em uma empresa diferente da que lhe paga. (Fundação SEADE/2001).

Outro resultado que podemos ver na Tabela 4 é a queda da participação dos trabalhadores assalariados com carteira assinada entre os anos de 1995 e 2003 - 44,5% para 40,3% - e uma elevação dos trabalhadores sem carteira ou informais no mesmo período - 11% para 13,4%, havendo uma inflexão no ano de 2003 para a primeira e em 2007 para a segunda variável. Já entre os trabalhadores do setor público, há uma tendência de queda, exceto para os anos de 2003 e 2007, entretanto, seu menor valor é no ano de 2009.

Segundo a Fundação Seade/DIEESE (2001), entre os trabalhadores autônomos, temos: (a) o trabalhador autônomo para empresa, sendo esse aquele que trabalha por conta-própria sempre para determinada(s) empresa(s) ou pessoa(s), não tendo uma jornada de trabalho pré-fixada no seu contrato, como também, o mesmo não trabalha sob o controle direto da empresa, possuindo liberdade para organizar sua forma de trabalhar com ajudantes ou não. Dentro dessa categoria temos também o trabalhador vinculado a uma empresa que recebe exclusivamente por produção, cujo vínculo empregatício é expressamente formalizado em contrato de autônomo; e (b) o trabalhador autônomo para o público, sendo aquele explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho, ou com sócio(s), ou com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es), tendo eventualmente algum ajudante remunerado em períodos de maior volume de trabalho. O indivíduo classificado nessa categoria presta os seus serviços diretamente ao consumidor, sem ser o intermediário de uma empresa ou

pessoa, tendo liberdade para organizar seu próprio trabalho e para determinar sua jornada de trabalho, assim como para ter ou não ajudantes e/ou sócios.

Ainda podemos ver na Tabela 4 que, entre 1995 e 2003, houve uma elevação desse tipo de ocupação, principalmente do autônomo para empresa. Já a ocupação de empregadores apresentou queda e a de empregados domésticos apresentou uma leve subida, saindo de 7,6% (1995), chegando a 8,9% (1999) e se estabilizando em 8,1% (2007 e 2009).

Tabela 4 - Distribuição dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação Região Metropolitana de São Paulo 1995-09

Em porcentagem

Posição na Ocupação	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados (1)	65,1	61,6	61,4	63,0	62,1	63,4	66,2	67,8
Do Setor Privado	55,4	53,2	52,8	55,0	53,8	55,3	58,0	60,3
Subcontratados	2,4	2,5	2,7	3,3	3,2	3,7	3,6	3,5
Demais	53,0	50,7	50,1	51,7	50,5	51,6	54,4	56,8
Com Carteira Assinada	44,5	41,3	40,4	40,8	40,3	41,6	45,0	48,7
Sem Carteira Assinada	11,0	11,9	12,5	14,2	13,4	13,8	13,0	11,6
Do Setor Público	9,6	8,3	8,5	8,0	8,3	8,0	8,1	7,5
Autônomo	18,7	20,5	21,0	21,1	21,6	21,0	19,4	18,3
Trabalha para o Público	12,0	12,9	12,9	12,8	12,6	12,2	11,9	11,2
Trabalha para Empresa	6,7	7,5	8,1	8,3	9,0	8,8	7,5	7,1
Empregadores	5,5	6,0	5,4	4,7	4,6	4,5	4,2	3,8
Empregados Domésticos	7,6	8,4	8,9	8,4	8,8	8,6	8,1	8,1
Demais	3,1	3,6	3,3	2,7	2,9	2,5	2,2	1,9

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Inclusive os assalariados que não declararam o segmento em que trabalham.

Ao olharmos a ocupação pela participação dos trabalhadores que contribuem para a previdência, a média é de 62,3% nos anos selecionados. Em 1995, essa foi de 66,4%, caindo para 58,9% em 2001 e voltando para o mesmo valor inicial em 2009 (66,4%). Os trabalhadores assalariados são os que mais contribuem para a previdência. Na média dos anos selecionados, eles são 80,7% devido a participação dos trabalhadores do setor privado e do setor público com carteira assinada. Logo após temos os empregadores (61,7%), os empregados domésticos (36,4%) e os autônomos (18,9%).

É possível vermos na Tabela 5 que a contribuição para a previdência, entre 1995 e 2003, apresentou queda em todas as ocupações, exceto os ocupados sem carteira assinada. Já a partir dos anos de 2003 e 2005, a contribuição volta a subir na maioria das ocupações.

Tabela 5 – Proporção de Ocupados que Contribuem para a Previdência, segundo Posição na Ocupação Região Metropolitana de São Paulo 1995-09

	Em porcentagem							
Posição na Ocupação	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009
TOTAL	66,4	62,5	60,5	58,9	59,3	61,2	63,3	66,4
Assalariados Total (1)	83,5	81,1	80,2	78	78,9	79,5	81,1	83,6
Setor Privado	81,3	78,9	77,9	76	77	77,7	79,6	82,4
Com Carteira Assinada	100	100	100	100	100	100	100	100
Sem Carteira Assinada	5,6	5,9	6,5	6,8	8	10,3	9	8,7
Setor Público	96,5	95,2	94,6	91,6	91,1	92	91,7	93,8
Autônomos	25,8	22	17,7	16	16,4	18,4	17,2	17,6
Trabalha para o Público	25,3	21,2	17	15,7	16,1	18,5	16,9	17,8
Trabalha para Empresa	26,7	23,5	18,8	16,5	16,8	18,2	17,6	17,2
Empregadores	72,1	67,4	61,7	57,6	58,6	63,3	56,3	56,7
Empregados Domésticos	30,3	35	35,6	34,6	36,3	37,6	38,7	43,4
Demais	29,3	28,5	30,3	27,5	30,3	36,1	35,4	37,5

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Inclusive os assalariados que não declararam o segmento em que trabalham.

A jornada de trabalho na RMSP, entre os trabalhadores assalariados no trabalho principal, foi, em média, de 43 horas semanais, isto é, abaixo da jornada de 44 horas semanais fixada pela lei. Entretanto, em média 40,9% dos assalariados nesse período trabalharam acima da jornada legal. Os setores econômicos que mais exigem do trabalhador são comércio e construção civil, setores que apresentam maior flexibilidade nas relações de trabalho, menor rendimento e, portanto, maior precarização (Tabela 6).

Tabela 6 - Horas Semanais Trabalhadas pelos Assalariados no Trabalho Principal, segundo Setor de Atividade Econômica Região Metropolitana de São Paulo

Setor de Atividade	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009
TOTAL								
Média	43	43	43	43	44	43	43	42
% dos Assalariados que Trabalharam Mais que a Jornada Legal	41,4	42,1	42,4	43,2	44	40,6	37,4	36,1
Indústria								
Média	43	43	43	43	44	43	43	42
% dos Assalariados que Trabalharam Mais que a Jornada Legal	42,5	42,2	40,7	43,4	43,2	38,8	33,3	28,7
Comércio								
Média	46	47	47	48	47	47	46	46
% dos Assalariados que Trabalharam Mais que a Jornada Legal	55,1	56	59,1	59,2	60,6	56,6	54,6	55
Serviços								
Média	41	42	42	42	42	42	42	42
% dos Assalariados que Trabalharam Mais que a Jornada Legal	35,9	37,4	38,3	38,2	39,4	36,7	34	33,7
Construção Civil								
Média	45	45	45	46	46	45	45	44
% dos Assalariados que Trabalharam Mais que a Jornada Legal	55,5	53,8	52,1	53,9	54,9	49	48,1	38,3

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

Nota: Exclusive os ocupados que não trabalharam na semana.

Por fim, nessa análise dos dados do mercado de trabalho da RMSP, temos os rendimentos monetários do trabalho que é recebido por cada ocupado. Na base PED/SEADE/DIEESE, esse rendimento é a remuneração resultante do trabalho principal, de trabalhos adicionais, pensão e aposentadorias, pagos por uma só fonte ou outras mais.

Para os assalariados são considerados os descontos devidos a faltas ao trabalho e os acréscimos de horas extras, de gratificações, entre outros. Entretanto, o décimo terceiro salário e outros benefícios indiretos não são computados. Já para os empregadores, contas-própria e demais é considerada apenas a retirada mensal, isto é, não inclui os lucros dos negócios.

Para calcular o rendimento real mensal dos ocupados, onde a PED utiliza como inflator ou deflator o índice do Custo de Vida – ICV do DIEESE, soma-se cada trabalhador ocupado e seu rendimento, e não o contrário, ou seja, pegando-se o total de rendimento – massa salarial - e dividindo pelo total

de trabalhadores ocupados. Esse método resulta no valor médio do rendimento real mensal dos ocupados que encontramos nessa base de dados.

A Tabela 7 mostra o rendimento real médio entre as principais categorias de ocupados. Na primeira linha, temos o valor total, cujo rendimento real médio apresenta tendência de queda contínua, apresentando uma leve alta em 2005.

A maior parte das categorias de ocupados apresentou uma tendência de queda, principalmente às categorias de ocupações consideradas atípicas ou informais, como assalariados sem carteira e autônomos. Os trabalhadores domésticos mensalistas conseguiram elevar seus rendimentos entre 1995 e 1997, apresentando após esse ano uma queda contínua. Já o rendimento real médio dos trabalhadores domésticos diaristas apresentaram queda contínua de 1995 em diante. Esse fato se deve, talvez, por uma maior parte dos mensalistas possuírem registro em carteira e os diaristas, em sua grande maioria, não.

Tabela 7 - Rendimento Real Médio dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação Região Metropolitana de São Paulo 1995-09

Em reais de novembro de 2009

Posição na Ocupação	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009
Total de Ocupados	1.859	1.857	1.696	1.451	1.246	1.259	1.271	1.273
Assalariados (1)	1.773	1.837	1.737	1.504	1.325	1.350	1.340	1.328
Setor Privado	1.675	1.738	1.636	1.427	1.250	1.271	1.253	1.242
Com Carteira Assinada	1.831	1.917	1.795	1.575	1.374	1.393	1.347	1.316
Sem Carteira Assinada	1.006	1.101	1.113	981	866	898	927	922
Setor Público	2.320	2.424	2.349	2.015	1.809	1.884	1.952	2.007
Autônomo	1.671	1.516	1.268	1.110	861	888	924	974
Trabalha para o Público	1.505	1.345	1.143	1.013	784	801	860	884
Trabalha para Empresa	1.953	1.809	1.461	1.248	963	1.004	1.020	1.108
Empregadores	5.363	4.894	4.556	3.872	3.585	3.235	3.212	3.457
Empregados Domésticos	563	649	621	551	465	460	506	562
Mensalista	516	645	634	567	500	493	559	613
Diarista	687	658	570	490	354	360	376	448
Demais	5.663	5.529	5.397	5.078	-2	3.532	-2	-2

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Inclusive os Assalariados que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IGV do Dieese.

A partir da análise, por meio de números índices, do emprego, do rendimento médio real e da massa de rendimentos nos anos selecionados, entre 1995 e 2009, temos entre os ocupados uma elevação do emprego, seguida, a partir de 1999, da queda do rendimento médio real e, por sua vez, da massa salarial, dada a entrada de novos trabalhadores no mercado de trabalho com rendimentos médios reais cada vez mais baixos (Tabela 8).

Essa tendência também é observada entre os assalariados, porém, nos anos de 1997 e 1999, o nível de emprego desses trabalhadores ficou abaixo do ano base de 1995, voltando a se recuperar em 2001. O rendimento médio real também apresentou queda, mas em uma velocidade menor do que a queda do rendimento médio real do ocupados.

Entretanto, nos dois casos, o emprego apresenta uma acelerada elevação a partir de 2005, com aumento da massa de rendimentos reais nos anos de 2007 e 2009, exceto para a variável de rendimento médio real que para os ocupados se estabilizou em 68,8, nos dois últimos anos citados, e para os assalariados apresentou uma queda de 75,9 para 75,1.

Tabela 8 - Índices do Emprego, do Rendimento Médio Real e da Massa de Rendimentos Reais dos Ocupados e dos Assalariados Região Metropolitana de São Paulo 1995-09

Base: Média de 1995 = 100

Posição na Ocupação	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009
Ocupados								
Emprego	100,0	101,8	102,9	109,8	110,9	118,1	122,9	128,5
Rendimento Médio Real	100,0	100,5	91,9	78,5	67,5	68,2	68,8	68,8
Massa de Rendimentos Reais	100,0	102,3	94,5	86,2	74,9	80,6	84,5	88,5
Assalariados								
Emprego	100,0	96,3	97,0	106,3	105,8	115,0	125,0	133,8
Rendimento Médio Real	100,0	104,1	98,7	85,2	75,3	76,6	75,9	75,1
Massa de Rendimentos Reais	100,0	100,3	95,7	90,6	79,6	88,1	94,8	100,6

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Finalmente, a Tabela 9 mostra os valores do rendimento real familiar médio total e por decis na RMSP. O primeiro valor apresenta uma trajetória de queda, isto é, o rendimento real familiar médio era de R\$ 3.099,00, em 1995, caindo para R\$ 1.997,00, em 2003, ou seja, 64,4% do seu valor no primeiro ano citado. Essa variável apresentou, nos anos 2000, uma leve alta que não é

mantida ao longo desse período, chegando ao valor de R\$ 2.103,00 em 2009, ou seja, 67,9% do valor de 1995.

Já na análise por decis, percebemos que a distância entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos apresentou uma queda no período em estudo. Entretanto, isso é resultado da queda do rendimento real familiar dos 20% mais ricos acima da queda do rendimento real familiar dos 20% mais pobres, isto é, os dois decis mencionados apresentam queda no rendimento real familiar, mas os 20% mais ricos passam a ter uma maior queda no rendimento real familiar em todos os anos selecionados. Já a partir de 2005, os 20% mais pobres passam a apresentar uma elevação no seu rendimento real familiar, resultando numa maior queda da distância entre esses dois decis.

Tabela 9 - Rendimento Real Familiar Médio e segundo Decis na Região Metropolitana de São Paulo 1995-09

Em reais de novembro de 2009

Decis	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009
Rendimento Real Familiar Médio	3.099	3.031	2.676	2.326	1.997	2.120	2.126	2.103
10% Mais Pobres Ganham Até	347	320	272	299	280	356	404	465
20% Mais Pobres Ganham Até	738	695	601	576	497	569	587	619
30% Mais Pobres Ganham Até	1.061	1.038	858	813	683	758	825	857
40% Mais Pobres Ganham Até	1.427	1.350	1.172	1.073	913	1.014	1.067	1.089
50% Ganham Até	1.845	1.761	1.527	1.394	1.169	1.305	1.346	1.363
40% Mais Ricos Ganham Acima de	2.394	2.267	1.966	1.762	1.491	1.646	1.677	1.652
30% Mais Ricos Ganham Acima de	3.142	3.039	2.583	2.299	1.946	2.139	2.140	2.073
20% Mais Ricos Ganham Acima de	4.399	4.301	3.677	3.216	2.697	2.898	2.863	2.788
10% Mais Ricos Ganham Acima de	7.106	6.894	6.150	5.197	4.346	4.687	4.519	4.342

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Nota: O Rendimento Familiar Total consiste na soma dos rendimentos de aposentadorias ou pensões, do trabalho principal e adicional (só de ocupados), de trabalhos ocasionais/precários (só de inativos com trabalho ocasional e de desempregados com trabalho precário) e do seguro-desemprego (só de desempregados e de inativos) recebidos pelos indivíduos maiores de 10 anos cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado. Inclusive as famílias com rendimento familiar igual a zero. Inflator utilizado: ICV do Dieese.

3.2 ÍNDICE DE PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NA RMSP: METODOLOGIA E CONSTRUÇÃO

Nesta parte da dissertação, temos o objetivo de construir um índice de tendência da precarização para a RMSP com base nas três experiências citadas no capítulo dois, utilizando a base de dados PED/DIEESE/SEADE, além dos seus conceitos apresentados na primeira parte deste capítulo.

Nossa proposta toma o mercado de trabalho do período pós-guerra como parâmetro de análise, dado que esse período apresentou um dos melhores desempenhos junto ao mercado de trabalho, pois a forma de inserção do trabalhador se dava de forma típica e/ou padrão, isto é, via contratos de trabalho assalariado, com a proteção social, com ganhos salariais reais acima dos ganhos de produtividade, além de uma taxa de desemprego baixa. Isso, no nosso entender, se aproxima do conceito de trabalho decente apresentado pela OIT (2005).

Portanto, concordamos com De Toni (2004), ao considerarmos a forma de inserção ao mercado de trabalho como um dos principais elementos que podem captar a tendência da precarização. Temos a impressão de que Saboia (2000) tinha como objetivo medir a qualidade do mercado de trabalho ao compor duas das três dimensões do seu índice com variáveis relacionadas à escolaridade dos trabalhadores. Já em Freire (2006), consideramos que o autor preocupou-se com o ritmo de geração de vagas, dando muita ênfase ao desempenho econômico como um elemento central para determinar o seu índice mensal de precariedade de forma agregada, não revelando as tendências e especificidades do mercado de trabalho de cada região.

Entretanto, todos os três autores trabalharam com o percentual de trabalhadores com carteira assinada, o que constitui um padrão a ser adotado em todos os modelos estatísticos aqui discutidos, inclusive na nossa proposta. Sendo assim, a escolha das dimensões e de suas variáveis, para compor o índice proposto, parte das propostas de Saboia (2000), Freire (2006) e De Toni (2004) e de nossa análise sobre o mercado de trabalho da RMSP.

O modelo de De Toni (2004) é o que mais chamou a nossa atenção. Isso porque a autora trabalhou com as variáveis clássicas do mercado de

trabalho (ocupação, desemprego e rendimento), a inserção ocupacional um dos principais elementos de seu índice, e seu índice é simples, o que possibilita o seu fácil entendimento. Essa simplicidade não impediu, entretanto, a apreensão das múltiplas dimensões do mercado de trabalho.

Outro ponto sobre o modelo estatístico criado por De Toni (2004) é a utilização da base de dados PED/DIEESE/SEADE, ou seja, essa base não apresenta interrupções e/ou mudanças metodológicas como aconteceu com a base de dados PME/IBGE.

Portanto, o trabalho dessa autora, a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, criado pela ONU nos anos 1990, é nossa principal referência para a construção de nosso índice.

Ao analisarmos a base de dados da PED-RMSP, percebe-se que a mesma permite a elaboração do índice proposto, já que o objetivo da PED é captar as complexidades e tendências do mercado de trabalho brasileiro, não sendo necessário se recorrer a indicadores de fora da base. Nisso nos diferenciamos do índice proposto por De Toni (2004), pois essa autora para compor o seu índice, dentro da dimensão rendimento, utiliza o índice de Gini.

Para a construção dos nossos indicadores, a principal referência foi o texto de apresentação da base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (SEADE, 2001).

Portanto, fica claro que, mesmo adotando a base de dados que possui os mesmos elementos teórico-metodológicos, houve a opção de usarmos somente os indicadores que integram a PED da RMSP. Entretanto, as três dimensões definidas foram pautadas nos estudos de Saboia (2000) e De Toni (2004). Sendo assim, as dimensões da nossa proposta possuem a seguinte composição:

A. Inserção ocupacional

- a.1.** Percentual de assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada e assalariados do setor público;

- a.2. Tempo médio de emprego dos assalariados do setor privado com carteira assinada pelo atual empregador;

B. Desemprego

- b.1. Taxa de desemprego total;
- b.2. Tempo médio despendido pelos desempregados na procura de trabalho;

C. Rendimento

- c.1. Rendimento médio real por hora dos ocupados;
- c.2. Quociente entre os 20% com maiores rendimentos e os 20% com menores rendimentos na distribuição da massa de rendimentos do trabalho principal dos ocupados.

A dimensão *inserção ocupacional* possui duas variáveis estatísticas selecionadas que apresentam relação indireta com o índice a ser construído para cada uma delas, isto é, quanto maior o valor, melhor é a condição do mercado de trabalho analisado. Isso porque indica melhores condições de inserção ocupacional, tanto no que se refere aos direitos e proteções, quanto ao vínculo padrão e/ou típico garante ao trabalhador.

A dimensão *desemprego* possui duas variáveis estatísticas selecionadas, porém, que apresentam relação direta com o índice a ser construído para cada uma delas, isto é, quanto maior o valor, pior será as condições do mercado de trabalho, dado que quanto maior o desemprego, menos favorável será a inserção ocupacional do trabalhador.

Por último, a dimensão rendimento que também é composta por duas variáveis. A primeira variável estatística é o *rendimento médio real por hora dos ocupados*, que apresenta uma relação indireta com o índice a ser construído: quanto maior o rendimento, melhor é a condição ocupacional do trabalhador. Já a segunda variável estatística dessa dimensão é o *Quociente entre os 20% com maiores rendimentos e os 20% com menores rendimentos na distribuição da massa de rendimentos do trabalho principal dos ocupados* que apresenta

relação direta com o índice, isto é, quanto maior, pior é distribuição dos rendimentos no mercado de trabalho.

Para o cálculo do índice de tendência da precarização utilizamos o mesmo método do cálculo do IDH, como já comentado. Porém, o índice de tendência da precarização – ITP, ao contrário do IDH, significa quanto maior, pior. Sendo assim, utilizamos as seguintes fórmulas:

- (1) Para aquelas estatísticas (E) cujo crescimento resulta na melhoria do mercado de trabalho, como as duas variáveis estatísticas da inserção ocupacional e a variável estatística denominada rendimento médio real por hora da dimensão rendimento, o índice é calculado por:

$$\text{ITP} = (E - E \text{ máximo}) / (E \text{ mínimo} / E \text{ máximo})$$

Onde: E = valor da variável estatística do ano em questão

E máximo = valor máximo da variável estatística do ano-série

E mínimo = valor mínimo da variável estatística do ano-série

- (2) Para aquelas estatísticas (E) cujo crescimento resulta piora do mercado de trabalho, como as duas variáveis estatísticas da inserção ocupacional e a variável estatística rendimento médio real por hora da dimensão rendimento, o índice é calculado por:

$$\text{ITP} = (E - E \text{ mínimo}) / (E \text{ máximo} / E \text{ mínimo})$$

Onde: E = valor da variável estatística do ano em questão

E máximo = valor máximo da variável estatística do ano-série

E mínimo = valor mínimo da variável estatística do ano-série

Na Tabela 10, podemos observar as séries estatísticas que apresentam os valores das variáveis ou indicadores do período selecionado, como também, seus valores de máximo e mínimo para cada variável estatística em cada dimensão.

Tabela 10 – Valores observados dos indicadores componentes do índice total de tendência de precarização na RMSP

Inserção Ocupacional		Desemprego		Rendimento	
a1	a2	b1	b2	c1	c2
54,1	52	13,2	22	10,10	18,0
51,6	54	15,1	24	10,07	17,3
49,6	55	16,0	28	10,09	16,8
50,1	55	18,2	35	9,76	16,2
48,9	57	19,3	44	9,22	16,3
48,1	56	17,6	48	8,46	16,3
48,8	56	17,6	48	7,89	15,5
48,4	57	19,0	51	7,07	14,9
48,6	59	19,9	53	6,77	16,1
48,7	60	18,7	55	6,87	16,1
49,6	59	16,9	53	6,84	15,0
51,7	58	15,8	50	7,09	13,4
53,1	56	14,8	48	7,07	12,3
54,8	54	13,4	42	6,92	11,4
56,2	54	13,8	37	7,08	10,2
56,2	60	19,9	55	10,10	18,0
48,1	52	13,2	22	6,77	10,2

Fonte: Secretaria de Economia e Planejamento – SEP. Convênio Seade–Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Obs.: As variáveis estatísticas utilizadas na dimensão rendimento estão em reais de novembro de 2009.

Obs.: **a.1.** Percentual de assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada e assalariados do setor público; **a.2.** Tempo médio de emprego dos assalariados do setor privado com carteira assinada pelo atual empregador; **b.1.** Taxa de desemprego total; **b.2.** Tempo médio despendido pelos desempregados na procura de trabalho **c.1.** Rendimento médio real por hora dos ocupados; **c.2.** Quociente entre os 20% com maiores rendimentos e os 20% com menores rendimentos na distribuição da massa de rendimentos do trabalho principal dos ocupados.

A etapa seguinte é a aplicação das fórmulas apresentadas acima, por meio do qual apresentaremos cada cálculo do ITP e seus devidos pesos:

$$\text{Índice}_{11} = (E_{1995} - 48,1) / (56,2 - 48,1)$$

$$\text{Índice}_{12} = (E_{1995} - 52) / (60 - 52)$$

$$\text{Índice}_{21} = (E_{1995} - 19,9) / (13,2 - 19,9)$$

$$\text{Índice}_{22} = (E_{1995} - 55) / (22 - 55)$$

$$\text{Índice}_{31} = (E_{1995} - 6,77) / (10,10 - 6,77)$$

$$\text{Índice}_{32} = (E_{1995} - 18,0) / (10,2 - 18,0)$$

$$\text{Índice}_1 \text{ ou de inserção ocupacional} = 0,67 \times \text{Índice}_{11} + 0,33 \times \text{Índice}_{12}$$

$$\text{Índice}_2 \text{ ou de desemprego} = 0,67 \times \text{Índice}_{21} + 0,33 \times \text{Índice}_{22}$$

$$\text{Índice}_3 \text{ ou de rendimento} = 0,67 \times \text{Índice}_{31} + 0,33 \times \text{Índice}_{32}$$

$$\text{Índice}_{\text{tendência da precarização}} = 0,33 \times \text{Índice}_1 + 0,33 \times \text{Índice}_2 + 0,33 \times \text{Índice}_3$$

Cada dimensão apresentada possui dois indicadores, nos quais nomeamos um como indicador-básico e o outro como indicador-complementar. Como exemplo, vamos olhar para a dimensão da “Inserção Ocupacional”. Essa dimensão apresenta em média, dentro do período analisado, 50,8% de trabalhadores “Assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada e assalariados do setor público”, sendo esse o principal indicador das condições do mercado de trabalho. Já no segundo, temos o indicador “Tempo Médio em Meses de Emprego dos Assalariados do Setor Privado com carteira assinada pelo atual empregador”, representando a rotatividade dos trabalhadores assalariados com carteira.

Atribuímos um peso de 0,67 para o que chamamos de indicador-básico e um peso de 0,33 para o indicador-complementar. Por último, atribuímos um peso de 0,33 para cada índice parcial que compõe as dimensões trabalhadas para compor o índice final, leia-se o índice de tendência da precarização.

Faz-se necessário lembrar que a tarefa de atribuir pesos é arbitrária (Saboia, 2000) e De Toni (2004), não havendo parâmetros previamente estabelecidos, sendo os pesos definidos com base nos estudos citados no capítulo dois desta dissertação.

Por fim, seguem as Tabelas 11 e 12, com os valores observados para cada um dos indicadores selecionados para compor o Índice de Tendência da Precarização, calculados a partir da base de dados da PED-RMSP, já transformados em índice, conforme metodologia do IDH. Mas, como já mencionado, quanto maior for o ITP, pior é, por revelar a piora do mercado de trabalho, como se vê na próxima parte desta dissertação.

Tabela 11 – Valores observados dos índices dos indicadores componentes do índice total de tendência de precarização na RMSP

Inserção Ocupacional		Desemprego		Rendimento	
a1	a2	b1	b2	c1	c2
0,259	1,000	0,000	0,000	0,000	1,000
0,568	0,750	0,284	0,061	0,009	0,917
0,815	0,625	0,418	0,182	0,003	0,854
0,753	0,625	0,746	0,394	0,102	0,776
0,901	0,375	0,910	0,667	0,264	0,783
1,000	0,500	0,657	0,788	0,492	0,790
0,914	0,500	0,657	0,788	0,664	0,682
0,963	0,375	0,866	0,879	0,910	0,613
0,938	0,125	1,000	0,939	1,000	0,755
0,926	0,000	0,821	1,000	0,970	0,758
0,815	0,125	0,552	0,939	0,979	0,623
0,556	0,250	0,388	0,848	0,904	0,412
0,383	0,500	0,239	0,788	0,910	0,277
0,173	0,750	0,030	0,606	0,955	0,157
0,000	0,750	0,090	0,455	0,907	0,000

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Secretaria de Economia e Planejamento – SEP. Convênio Seade–Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Obs.: **a.1.** Percentual de assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada e assalariados do setor público; **a.2.** Tempo médio de emprego dos assalariados do setor privado com carteira assinada pelo atual empregador; **b.1.** Taxa de desemprego total; **b.2.** Tempo médio despendido pelos desempregados na procura de trabalho **c.1.** Rendimento médio real por hora dos ocupados; **c.2.** Quociente entre os 20% com maiores rendimentos e os 20% com menores rendimentos na distribuição da massa de rendimentos do trabalho principal dos ocupados.

Tabela 12 – Valores observados dos índices e seus respectivos pesos por indicador componente do índice total de tendência de precarização na RMSP

Inserção Ocupacional		Desemprego		Rendimento	
a1	a2	b1	b2	c1	c2
0,174	0,330	0,000	0,000	0,000	0,330
0,380	0,248	0,190	0,020	0,006	0,303
0,546	0,206	0,280	0,060	0,002	0,282
0,505	0,206	0,500	0,130	0,068	0,256
0,604	0,124	0,610	0,220	0,177	0,258
0,670	0,165	0,440	0,260	0,330	0,261
0,612	0,165	0,440	0,260	0,445	0,225
0,645	0,124	0,580	0,290	0,610	0,202
0,629	0,041	0,670	0,310	0,670	0,249
0,620	0,000	0,550	0,330	0,650	0,250
0,546	0,041	0,370	0,310	0,656	0,205
0,372	0,083	0,260	0,280	0,606	0,136
0,256	0,165	0,160	0,260	0,610	0,092
0,116	0,248	0,020	0,200	0,640	0,052
0,000	0,248	0,060	0,150	0,608	0,000

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Secretaria de Economia e Planejamento – SEP. Convênio Seade–Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Obs.: **a.1.** Percentual de assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada e assalariados do setor público; **a.2.** Tempo médio de emprego dos assalariados do setor privado com carteira assinada pelo atual empregador; **b.1.** Taxa de desemprego total; **b.2.** Tempo médio despendido pelos desempregados na procura de trabalho **c.1.** Rendimento médio real por hora dos ocupados; **c.2.** Quociente entre os 20% com maiores rendimentos e os 20% com menores rendimentos na distribuição da massa de rendimentos do trabalho principal dos ocupados.

3.3 Índice de Precarização do Mercado de Trabalho na RMSP: Resultados e Tendências

Nesta parte da dissertação, temos o objetivo de apresentar os resultados da nossa proposta de um índice de tendência da precarização para a RMSP. Para isso, dividimos essa seção em três partes para uma melhor explicação.

3.3.1 A metodologia do índice de tendência da precarização para a RMSP

Conforme o capítulo 3.2, desta dissertação, para propormos um índice de tendência da precarização na RMSP, tomamos o mercado de trabalho do período pós-guerra como parâmetro de análise devido esse período apresentar formas típica e/ou padrão de inserção do trabalhador, baixo desemprego e elevação do rendimento do trabalho. Sendo assim, o índice de tendência da precarização utiliza em sua composição três dimensões, são elas: a) inserção ocupacional, b) desemprego, e c) rendimento – todas compostas por dois indicadores, sendo um indicador básico com maior peso (0,67) e um indicador complementar com peso (0,33).

Conforme os modelos estatísticos discutidos no capítulo 2, o nosso modelo também utilizou a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, criado pela ONU nos anos 1990, constituindo em nossa principal referência para a construção de nosso índice. Porém, o ITP, ao contrário do IDH, significa quanto maior é, pior está, isto é, quanto mais próximo de 1 (um), maior é a precarização do mercado de trabalho na RMSP.

Outro ponto importante é que o nosso modelo utiliza a base de dados PED/DIEESE/SEADE, assim como De Toni (2004), devido essa base não apresentar interrupções e/ou mudanças metodológicas como aconteceu com a base de dados PME/IBGE e, também, por acreditarmos na base de dados PED, na sua metodologia e na sua maior sensibilidade na captação dos dados do mercado de trabalho brasileiro e suas complexidades.

Entretanto, ao analisarmos a base de dados da PED-RMSP, percebemos que o índice de tendência da precarização não necessitava de indicadores de fora dessa mesma base, sendo esse um dos principais pontos

que nos diferenciamos do índice proposto por De Toni (2004), pois essa autora para compor o seu índice, dentro da dimensão rendimento, utiliza o índice de Gini.

Cada indicador selecionado, dentro da PED/DIEESE/SEADE para a RMSP, tem como início o ano de 1995 e o ano de 2009, como período final. Nosso objetivo é analisar a tendência de precarização no Plano Real no período do governo dos presidentes da república Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luis Inácio Lula da Silva¹² (2003-2009).

Os indicadores anuais selecionados foram transformados em índices pelo método de cálculo do IDH. Logo em seguida, os índices de cada dimensão tiveram, de forma arbitrária, seus pesos definidos, resultando em novos valores de índices. Já na próxima etapa os valores de cada dimensão foram somados, resultando nos índices de inserção ocupacional, desemprego e rendimento, sendo, por fim, com pesos iguais, somados novamente para compor o resultado final ou o índice-síntese, ou melhor, o índice de tendência da precarização para a RMSP.

3.3.2 Análise dos resultados

Uma análise a partir dos resultados da pesquisa realizada mostra uma tendência de melhora do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP ao final do período entre 1995 a 2009.

Essa afirmação tem como base os dados do mercado de trabalho da RMSP, apresentados no sub-capítulo 3.1 desta dissertação, como também, nos resultados obtidos por nossa proposta, isto é, pelo índice de tendência da precarização do mercado de trabalho da RMSP e, também, por seus resultados parciais de inserção ocupacional, desemprego e rendimento.

Com base na Tabela 13, vemos que nossos resultados apontam para uma elevação da tendência de precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo no período entre 1995 a 2003. Já no período de

¹² O término do governo de Luis Inácio Lula da Silva será 31 de dezembro de 2010.

2004 a 2009, há uma queda do ITP, o que significa uma melhora do mercado de trabalho nessa região.

Para melhor entender, achamos necessário iniciar nossa análise por meio dos indicadores parciais. Ao olharmos para a tabela 13 novamente, percebe-se o índice de inserção ocupacional com valor de 0,504 em 1995, 0,835 em 2000, sendo esse seu maior valor, caindo para 0,248 em 2009.

Partindo do método aplicado de que quanto mais próximo de 0 (zero), menor é a precarização, o primeiro resultado parcial revela uma melhora na inserção ocupacional dos trabalhadores no mercado de trabalho metropolitano paulista que supera o resultado inicial de 1995.

Na segunda dimensão desemprego, temos no ano de 1995 os menores valores da taxa de desemprego total e do tempo médio na procura de trabalho. Por esse motivo, seu valor é 0 (zero) nesse primeiro ano da série. Em 2003, o valor do índice chega a 0,980, seu maior valor na série, e cai para 0,210 em 2009. O valor desse índice no ano de 2009 não é igual ao ano de 1995, porém, representa uma tendência de melhora no desemprego entre 2004 e 2009.

Já o índice da dimensão rendimento apresenta um valor de 0,330 em 1995 e 0,284 no ano de 1997, sendo esse seu menor valor, devido um aumento do rendimento médio real por hora dos ocupados e a queda da distância entre os 20% dos ocupados com maiores rendimentos e os 20% dos ocupados com menores rendimentos na questão da distribuição da massa salarial.

Em 2003, o índice de rendimento é igual a 0,919, seu pior valor, em 2009 o valor é de 0,608, sendo esse último valor o resultado de uma tendência de melhora da dimensão rendimento no período de 2003 a 2009, como também podemos ver na tabela 13.

Voltando na análise do resultado do índice-síntese, ou melhor, do índice de tendência da precarização - ITP, temos o valor de 0,275 em 1995 e de 0,848 em 2003, sendo esse período (1995-2003) marcado pelo aumento contínuo do ITP, ou seja, houve nesse período um aumento da precarização do mercado metropolitano paulista. Já entre 2004 e 2009, há uma queda da tendência da precarização devido o ITP apresentar uma queda contínua e

apresentar em 2009 o valor 0,351, isto é, um valor menor do que o do ano de 1996 (0,378) e próximo ao valor do ano de 1995.

Tabela 13 – Valores observados dos índices e seus respectivos pesos por cada dimensão componente do índice total de tendência de precarização na RMSP

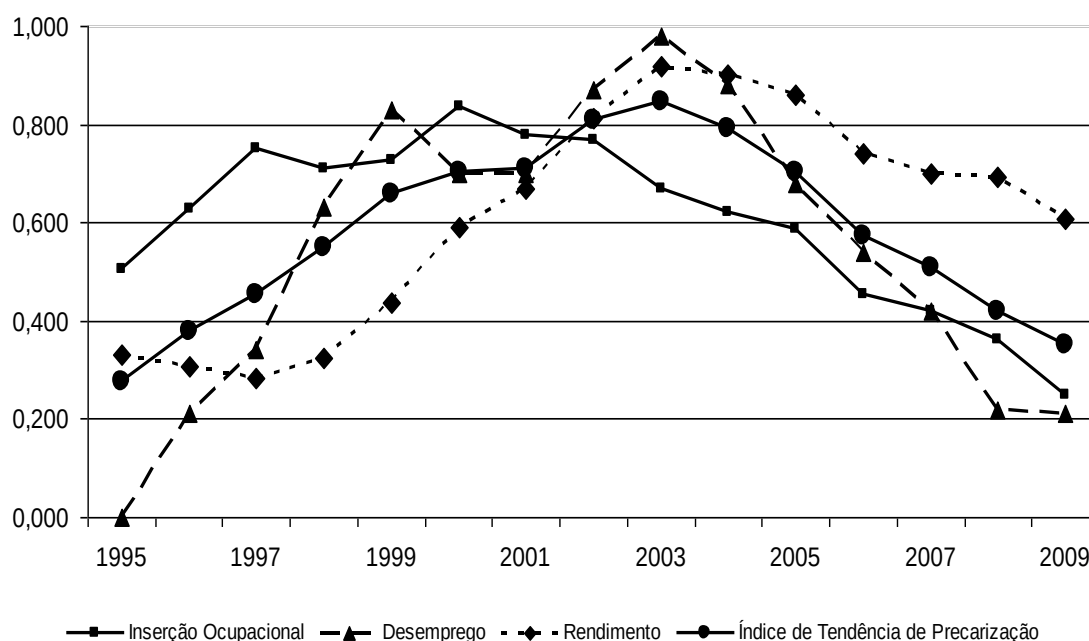
Inserção Ocupacional	Desemprego	Rendimento	Índice de Tendência da Precarização
0,504	0,000	0,330	0,275
0,628	0,210	0,309	0,378
0,752	0,340	0,284	0,454
0,711	0,630	0,324	0,550
0,728	0,830	0,435	0,658
0,835	0,700	0,591	0,701
0,777	0,700	0,670	0,708
0,769	0,870	0,812	0,809
0,670	0,980	0,919	0,848
0,620	0,880	0,900	0,792
0,587	0,680	0,861	0,702
0,455	0,540	0,741	0,573
0,421	0,420	0,701	0,509
0,363	0,220	0,692	0,421
0,248	0,210	0,608	0,351

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Secretaria de Economia e Planejamento – SEP. Convênio Seade–Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Essa afirmação é confirmada pelo Gráfico 7 que mostra a tendência dos índices parciais e do índice-síntese de tendência da precarização. Ao olharmos as curvas, podemos ver que todos os índices apresentam crescimento entre 1995 a 2003, o que significa uma elevação contínua da precarização no mercado de trabalho na RMSP. Já a partir de 2003, alguns índices parciais, aqui o de inserção ocupacional, começam a apresentar queda, seguido pelos os outros os índices (de desemprego, de rendimento e do ITP), a partir de 2004.

Portanto, a queda do ITP, observada a partir de 2004, parece ser consistente, pois os índices de cada dimensão também apresentam a mesma tendência.

Gráfico 7 – Índices parciais e índice de tendência da precarização do mercado de trabalho na RMSP



Fonte: Tabela 13.

3.3.3 Considerações finais

Agora que já temos os valores do ITP e seus resultados, passa ser interessante fazer uma relação com outras variáveis, aqui escolhemos a variação real anual do Produto Interno Bruto brasileiro dentro do período que o ITP foi construído.

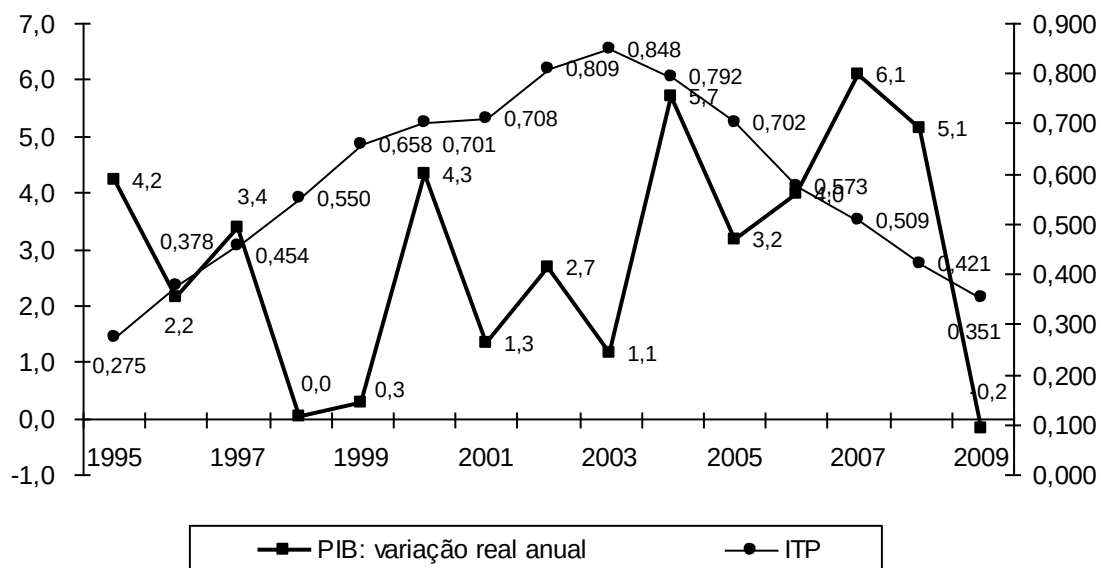
Dado que o crescimento do PIB tem uma relação direta com o crescimento da ocupação (Freire, 2006), principalmente na indústria de transformação que é uma das maiores geradores de trabalho assalariado (Saboia, 2000), o Gráfico 8 mostra as curvas da variação real anual do PIB e do índice de tendência da precarização do mercado de trabalho na RMSP.

Para uma melhor análise, dividimos a série em dois períodos, sendo o primeiro o do governo FHC (1995-2002) e o segundo do governo Lula (2003-

2009). Ao compararmos a média de crescimento do PIB entre os dois períodos, temos no período de 1995-2002, a taxa média de crescimento anual do PIB de 2,2% e no período de 2003-2009 de 3,5%, isto é, no governo Lula a média de crescimento econômico foi maior do que no governo FHC, o que resultou, no segundo período, um elevado impacto positivo no mercado de trabalho brasileiro e queda do ITP.

No primeiro período há uma intensificação dos processos de privatização e abertura econômica, além da economia ter sentido o impacto do choque monetário realizado para estabilizar os preços na economia brasileira e da taxa de juros (SELIC) de 45% ao ano. Nesse período, a estabilização monetária foi alçada a objetivo principal e o crescimento econômico como objetivo secundário¹³, fato que resultou em perdas para o mercado de trabalho brasileiro, conseqüentemente, também, para a RMSP (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Variação real anual do PIB e índice de tendência de precarização do mercado de trabalho na RMSP



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de PIB do IPEADATA e da tabela 13.

Comentário: Fontes: Para 2009: resultados preliminares estimados a partir das Contas Nacionais Trimestrais Referência 2000. Para 1992-1995, Sistema de Contas Nacionais Trimestrais Referência 2000 (dados oriundos do Sidra/IBGE). **Obs.:** Os valores referentes ao ano de 2008 não necessariamente coincidem com os trimestrais devido a uma defasagem na divulgação das Contas Anuais e Trimestrais pela fonte oficial (IBGE). Atualizado em: 11 de março de 2010.

¹³ Ver Franco (2010).

Outra forma interessante de análise é comparar o ITP do ano de 2009 com o de 1995. Em 2009, temos um ITP de 0,351 e em 1995 de 0,275. Ou seja, isso prova que não logramos recuperar as condições de inserção no mercado de trabalho na RMSP do ano de 1995.

Entretanto, ao olharmos para toda a série estatística do ITP, percebe-se que há uma tendência de aproximação com as condições anteriores, isto é, o ITP em 2009 já é menor do que o de 1996 (0,378). Esse movimento é sustentado pela evolução dos índices das três dimensões que compõe o índice-síntese que, por sua vez, tem uma relação com maiores taxas de crescimento econômico sustentando.

Ao olharmos as curvas de cada índice parcial e do índice-síntese, a inflexão acontece em 2004, exceção feita apenas para inserção ocupacional que já apresenta uma queda a partir de 2003, e apresenta um índice de 0,504 em 1995 e 0,248 em 2009.

Já o segundo índice parcial que se refere à dimensão desemprego, apresentava um valor igual a zero em 1995, devido os valores dos seus dois indicadores apresentarem os valores mínimos de toda série nesse ano, isto é, uma taxa de desemprego total de 13,2% e o tempo médio de 22 semanas despendido pelos desempregados na procura de trabalho.

Em 2009, temos um índice parcial de 0,210 que resultou dos indicadores de desemprego (13,8%) e de um tempo médio despendido pelos desempregados na procura de trabalho de 37 semanas nesse mesmo ano, cujos valores máximos para o primeiro é igual a 19,9%, em 2003, e 55 semanas, em 2004.

E por fim, o índice parcial referente à dimensão rendimento apresentou uma tendência de melhora, seguido pelo valor dos seus indicadores - rendimento médio real por hora dos ocupados e do quociente, tratado aqui por nós, como a distância entre os 20% dos ocupados com maiores rendimentos e os 20% com menores rendimentos.

Sobre essa terceira e última dimensão, percebe-se que os valores dos seus indicadores em 2009 foram de R\$ 7,08 e 10,2 vezes (menor quociente). No ano de 1995, esses valores foram de R\$ 10,10 e 18 vezes (maior

quociente), sendo o menor valor do rendimento médio real por hora dos ocupados em 2003, no valor de R\$ 6,77.

A partir dos resultados apresentados nesta seção, podemos afirmar que a utilização do índice-síntese – Índice de Tendência da Precarização - como ferramenta estatística com capacidade de indicar a direção de um conjunto de variáveis que evoluem de modo distinto e apresentam oscilações opostas mostrou ser um instrumento valioso para a análise da evolução das formas e condições de inserção presentes no mercado de trabalho metropolitano de São Paulo.

Os resultados do ITP demonstram o aumento da precarização do mercado de trabalho da RMSP entre 1995-2003 e a tendência de queda da precarização nesse mesmo mercado de trabalho entre 2004-2009, como mostram os dados apresentados na seção 3.1 e os indicadores e os índices de cada dimensão que compõe o nosso índice de tendência da precarização na parte 3.2 desta dissertação.

CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como objetivo a apresentação de uma proposta de índice de tendência da precarização para o mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo (RMSP). Para isso, tentamos compreender as mudanças no mundo do trabalho e a tendência de precarização das suas condições no Brasil.

Antes de focarmos nossa análise sobre a RMSP, foi necessário um olhar sobre o período de 1945 e 1973: consideramos como referência esse intervalo de tempo, não somente por representar os anos dourados do capitalismo, mas também os anos dourados do trabalho, já que houve nesse período uma melhor forma de inserção ocupacional advindas das baixas taxas de desemprego, da elevação do assalariamento com ganhos reais crescentes, do aumento da sindicalização e da proteção social generalizada.

Estamos de acordo que, em meados dos anos 1970 e nos anos 1980, o espectro da modernização conservadora rondou o mundo do trabalho e causou uma inflexão de valores. A desvalorização do trabalho, pela ótica do capital, passou a ser uma condição *sine qua non* na produção para a obtenção de bons “resultados” contábeis e financeiros.

O que se vê no Brasil, no final dos anos 1980 e, principalmente nos primeiros anos da implantação e implementação do Plano Real no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), foi um cenário de baixo crescimento econômico, de elevado desemprego e de queda no rendimento do trabalho: eram os sinais da modernização que acontecia sob a forma de uma forte tendência de flexibilização e precarização do mercado de trabalho brasileiro.

Diante dessas tendências de desvalorização do trabalho, a pergunta que norteou nossa pesquisa refere-se ao período do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva ou Lula (2003-2006 e 2007-2009), um presidente que foi metalúrgico e teve longa experiência nos movimentos sindicais. Sendo assim, partimos do pressuposto de que a sua concepção sobre o trabalho segue uma ótica inversa ao do capital e de suas ondas de modernização conservadora.

Portanto, dentro dessa perspectiva, tentamos avaliar se a elevada tendência da precarização do trabalho, tal como foi nos anos 90 e no governo anterior, teria sido revertida no período do governo Lula, sendo utilizada para responder essa questão a proposta de um índice de tendência da precarização do mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo para o período de 1995 a 2009.

Aqui é importante ressaltar que uma das pautas de campanha do novo presidente era a retomada do crescimento econômico e a criação de 10 milhões de empregos formais, o que mostrava a intenção do novo governo em reverter o quadro anterior. Para isso, no período pós-2003, houve um esforço em duas frentes: o resgate da política de valorização do salário mínimo e as políticas de transferência de renda, ambas com o objetivo de redução da desigualdade de renda e elevação da propensão marginal a consumir, principalmente dos mais pobres, por meio do aumento da demanda efetiva, aumento da produção e emprego.

Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, a variação real anual média de crescimento do PIB foi de 3,9% e o coeficiente de Gini caiu de 0.568 para 0.538 no período de 2004 a 2009, e conforme os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED/RAIS/MTE, foram criados mais de 8 milhões de empregos formais no mesmo período na economia brasileira.

Ao olharmos os dados da PED/DIEESE/SEADE utilizados em cada dimensão do índice de tendência da precarização (ITP), percebe-se que os resultados alcançados pela gestão Lula tiveram impacto no mercado de trabalho metropolitano de São Paulo entre 1995 e 2009, o que por sua vez, foi captado pelo ITP.

No período analisado, o mercado de trabalho da RMSP apresentou uma queda da participação do trabalho assalariado privado com carteira e dos assalariados do setor público de 54,1% em 1995 para 48,1% em 2001 e voltou a subir em 2009 para 56,2%. Na questão do tempo médio no atual emprego, para medir a rotatividade, foram 52 semanas em 1995, 60 semanas em 2004, caindo para 54 semanas em 2009.

A taxa de desemprego em 1995 foi de 13,1%, chegando a 19,9% em 2003, caindo para 13,8%. Já o tempo médio despendido na procura de trabalho (22 semanas em 1995), alcança seu máximo de 55 semanas em 2004 e cai para 37 semanas em 2009.

No quesito rendimento dos ocupados, o rendimento médio real por hora era de R\$ 10,10 em 1995, cai para R\$ 6,77 em 2003, e volta a subir para R\$ 7,08. Ainda dentro dessa dimensão, temos o quociente entre os 20% dos ocupados com maiores rendimentos e os 20% dos ocupados com menores rendimentos na apropriação da massa de rendimentos por cada grupo, cuja distância foi de 18 vezes em 1995, 14,9 vezes em 2002 e 10,2 vezes em 2009, resultado que demonstra a queda na desigualdade entre esses dois grupos.

Percebe-se com os valores apresentados acima, os movimentos de cada variável em sentidos diversos, bem como, alguns resultados que não superaram os dados iniciais de 1995. Utilizando a metodologia de análise do ITP, podemos perceber que há uma tendência de melhora do ano de 2004 em diante. Ou melhor, o Índice de Tendência da Precarização - ITP se mostrou uma ferramenta estatística com capacidade de indicar a direção de um conjunto de variáveis que evoluem de modo distinto e apresentam oscilações opostas, mostrando assim ser um instrumento valioso para a análise da evolução das formas e das condições de inserção presentes no mercado de trabalho metropolitano de São Paulo.

Portanto, os resultados do ITP demonstram o aumento da precarização do mercado de trabalho da RMSP entre 1995-2003 e a tendência de queda da precarização entre 2004-2009, como mostram os dados da PED/DIEESE/SEADE apresentados na seção 3.1 e os indicadores e os índices de cada dimensão que compõe o nosso índice de tendência da precarização na parte 3.2 desta dissertação, demonstrando uma elevada sensibilidade em captar as tendências do mercado de trabalho metropolitano do Estado de São Paulo.

Dessa forma, é nossa conclusão que, não apenas o ITP se revela um instrumento adequado para a medida da precarização do trabalho como, também sua utilização nos revela que, no período selecionado para nossa

investigação, houve uma significativa melhora no sentido da redução da precarização do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. S. de. **Desemprego e precarização das condições de trabalho nos países avançados**. Dissertação de Mestrado em Economia Social e do Trabalho apresentada ao Instituto de Economia da Universidade de Campinas para a obtenção do título de Mestre em Economia. Campinas, 2003.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

BALTAR, Paulo. Crise contemporânea e mercado de trabalho no Brasil. IN: OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Economia & Trabalho**: textos básicos. Campinas, SP: Unicamp. IE, 1998. p. 129-146.

_____. Regime de trabalho e flexibilidade no Brasil. IN: OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Economia & Trabalho**: textos básicos. Campinas, SP: Unicamp. IE, 1998. p. 147-161.

_____. Formação, estruturação e crise do mercado de trabalho no Brasil. In: DEDECCA, C. S.; WEISHAUPT, M. (Org.). **Políticas Públicas e Trabalho**: Textos para estudo dirigido. Campinas, SP: UNICAMP. IE / Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego; Unitrabalho, 2006. p. 9-27.

_____. et al. Evolução do mercado de trabalho e significado da recuperação do emprego formal nos anos recentes. In: DEDECCA, C. S.; WEISHAUPT, M. (Org.). **Políticas Públicas e Trabalho**: Textos para estudo dirigido. Campinas, SP: UNICAMP. IE / Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego; Unitrabalho, 2006. p. 29-51.

BRUNO, Miguel A. P.; FREIRE, Denise G. Impactos da financeirização sobre a ocupação no Brasil: uma análise dos determinantes estruturais e macroeconômicos. In: X Encontro Nacional ABET - Balanço e Perspectivas do Trabalho no Brasil. Salvador: UFBA, novembro/2007. 1 CD-ROM.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 7ª edição. São Paulo: Vozes, 2008.

CESIT. Política Econômica e Mercado de Trabalho (2000/2006). Carta Social e do Trabalho, Nº. 6 – mai./ago. 2007.

_____. Tendências Recentes do Emprego. Carta Social e do Trabalho, Nº. 3 – jan./abr. 2006.

CHESNAIS, F. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. (Coord.). **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CRANFORD, Cynthia J., VOSKO, Leah F. & ZUKEWICH, Nancy. Precarious Employment in The Canadian Labour Market: A Statistical Portrait. In: Forum on Precarious Employment Just Labour, vol. 3. Canada, 2003.

DEDECCA, C. S. Trabalho, financeirização e desigualdade. Campinas: **Textos para Discussão. IE/Unicamp**, Nº. 174, abril de 2010.

DE TONI, Miriam. Precarização do trabalho a partir dos anos 90: reversão de tendência no período recente?. Porto Alegre: **Textos para Discussão FEE**, nº. 12, novembro de 2007.

_____. **Para onde vai o mercado de trabalho? A tendência à precarização das relações de trabalho – Um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Doutora em Sociologia. Porto Alegre, outubro de 2004.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

DOWBOR, L. Apresentação à edição brasileira. IN: GADREY J. e JANY-CATRICE, F. **Os novos indicadores de riqueza**. São Paulo: SENAC, 2006.

_____. **O que acontece com o trabalho?**. São Paulo: SENAC, 2002.

FRANCO, Gustavo H. B. **Cartas a um jovem economista**: Conselhos para seus planos econômicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FREIRE, José A. Dinâmica do mercado de trabalho metropolitano no Brasil pós Anos 90: que mudou, mudou! Mas mudou o suficiente? In: XI Encontro Nacional de Economia Política. Vitória: SBEP, 2006.

FREYSSINET, J. As trajetórias nacionais rumo à flexibilidade da relação salarial: a experiência europeia. IN: GUIMARÃES, Nadya A. HIRATA, H., SUGITA, K. **Trabalho flexível, empregos precários?**. São Paulo: Edusp, 2009.

FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego – Apresentação da base de dados. São Paulo: Fundação SEADE, novembro/2001.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 27ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

GALBRAITH, John K. **1929 a grande crise**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 18ª edição. São Paulo: Loyola, 2009.

HOBBSBAWN, E. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUSSON, M. **Finança, hiper-concorrência e reprodução do capital**. In A finança capitalista. Paris: PUF, 2006.

IPEA. PNAD 2009 – Primeiras análises: Distribuição de renda entre 1995 e 2009. Brasília: **Comunicados do IPEA**, nº. 63, outubro de 2010.

KREIN, José D. Mudanças recentes na regulação do trabalho. In: DEDECCA, C. S.; WEISHAUPT, M. (Org.). **Políticas Públicas e Trabalho**: Textos para estudo dirigido. Campinas, SP: UNICAMP. IE / Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego; Unitrabalho, 2006. p. 53-74.

MAGALHÃES, J. P. A. Macroeconomia do Emprego. In: CARDOSO JR., J. C. (Org.) **Desafios ao Desenvolvimento Brasileiro**: Contribuições do conselho de orientação do IPEA. Livro 1. Brasília: IPEA, 2009.

MATTOSO, Jorge E. L. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. IN: OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Economia & Trabalho: textos básicos**. Campinas, SP: Unicamp. IE, 1998. p. 61-77.

_____. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. IN: OLIVEIRA, Carlos A. de, MATTOSO, Jorge E. L, POCHMANN, Marcio, NETO, José F. S., OLIVEIRA, Marco A. **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta, 1994.

MARQUES, Rosa M.; FERREIRA, Mariana R. J F. (org.). **O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira – uma análise dos governos Collor a Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **A proteção social e o mundo do trabalho**. São Paulo, Bienal: 1997.

MIGLIOLO, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982

MONTALLI, L. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 195-216, jul./dez.2004.

OFFE, Claus. **Capitalismo Desorganizado**. 1ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Carlos A. de. Industrialização, desenvolvimento e trabalho no pós-guerra. IN: OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Economia & Trabalho: textos básicos**. Campinas, SP: Unicamp. IE, 1998. p. 3-19.

_____. Formação do mercado de trabalho no Brasil. IN: OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Economia & Trabalho: textos básicos**. Campinas, SP: Unicamp. IE, 1998. p. 113-127.

_____.; MATTOSO, Jorge E. L. **Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?**. São Paulo: Scritta, 1996.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OIT. Acesso ao trabalho decente. Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego: guia para o leitor. Brasília: OIT, 2005.

PAMPLONA, João B. **Erguendo-se pelos próprios cabelos: Auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil**. São Paulo: Germinal/FAPESP, 2001.

PRADO, Antonio. Valorização do salário mínimo reduz a desigualdade. Rio de Janeiro: **BNDES, Visão do Desenvolvimento**, nº. 12, setembro de 2006.

PRONI, Marcelo W.; HENRIQUE, Wilnês. (org.) **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: UNESP, 2003.

PRONI, Marcelo W.; BALTAR, Paulo E. de Andrade. Flexibilidade do trabalho, emprego e estrutura salarial no Brasil. Campinas: **Cadernos do CESIT**, nº 15, julho de 1995.

POCHMANN, M. Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil?. **Revista Parcerias Estratégicas**, Brasília, número 22, edição especial, p. 121-144, junho/2006.

- _____. **A metrópole do trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- _____. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.
- SABADINI, Maurício de Souza. Capital fictício e efeitos sobre o mundo do trabalho. In: XI Encontro Nacional ABET – A Crise Mundial e os dilemas do trabalho. Campinas: Unicamp, setembro/2009. 1 CD-ROM.
- SABOIA, João. Um novo índice para o mercado de trabalho urbano no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, 4(1): 123-146, jan./jun.2000.
- SANT'ANNA, André A., AMBROZIO Antonio M. H., MEIRELLES, Beatriz B. Redistribuição de Renda e a recuperação do mercado de trabalho brasileiro. Rio de Janeiro: **BNDES, Visão do Desenvolvimento**, nº. 85, setembro de 2010.
- SEP. Convênio SEADE – DIESSE. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento, 2009.
- SICSÚ, J. **Emprego, juros e câmbio: finanças globais e desemprego**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- SINGER, P. **Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas**. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2003.
- SOARES, Marcos A. T. Desenvolvimento capitalista sob a liderança do capital financeiro e a precarização do trabalho no Brasil. In: XI Encontro Nacional ABET – A Crise Mundial e os dilemas do trabalho. Campinas: Unicamp, setembro/2009. 1 CD-ROM.
- TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. **Desajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- THEODORO, Mario. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. IN: JACCOUD, Luciana. (Org.) **Questão Social e Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.
- TOKMAN, V. E.; MARTINEZ, D. **La agenda laboral en la globalización: Eficiencia económica con progreso social**. OIT, 1999.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM (UNDP). **Human Development Report**, New York-Oxford, Oxford Un. Press, 1990.
- VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2005.